

# RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

4º Trimestre de 2021



## Sumário

Introdução .....	6
Principais Indicadores.....	7
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais.....	8
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) .....	15
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial .....	16
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco .....	19
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições.....	21
PV1: Ajustes prudenciais (PVA) .....	22
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) .....	22
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial .....	25
GSIB1 – Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (GSIBs) .....	27
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP <sub>Contracíclico</sub> .....	27
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA).....	30
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem .....	30
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez .....	31
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) .....	35
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) .....	37
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito.....	39
CR1: Qualidade creditícia das exposições .....	41
CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal .....	41
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições.....	41
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito .....	45
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito.....	46
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito .....	46
CR5: Abordagem padronizada – exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR).....	47
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR).....	47
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada .....	48
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco .....	48



CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte.....	50
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito .....	50
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais.....	50
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização.....	51
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária.....	52
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação.....	53
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora.....	53
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora.....	54
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado .....	55
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado .....	56
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB .....	59
REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência .....	59
REM2: Pagamentos extraordinários .....	60
REM3: Remuneração diferida.....	60
REMA: Política de remuneração.....	60



## Tabelas

Tabela 1 - KM1 - Informações quantitativas sobre requerimentos prudenciais.....	8
Tabela 2 - OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) .....	15
Tabela 3 - Composição do Conglomerado Prudencial.....	17
Tabela 4 - Instituições que compõem o Consolidado Divulgado e não integram o Conglomerado Prudencial – Variação das exposições contábeis e regulatórias .....	19
Tabela 5 - LI1 - Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco.....	19
Tabela 6 - LI2 - Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições.....	22
Tabela 7 - PV1 - Ajustes prudenciais (PVA).....	22
Tabela 8 - CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR).....	22
Tabela 9 - CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial.....	25
Tabela 10 - GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (GSIBs).....	27
Tabela 11 - CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPCContracíclico.....	27
Tabela 12 - LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA) .....	30
Tabela 13 - LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem.....	30
Tabela 14 - LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) .....	36
Tabela 15 - LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) .....	38
Tabela 16 - CR1: Qualidade creditícia das exposições.....	41
Tabela 17 - CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal .....	41
Tabela 18 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições. Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento.....	43
Tabela 19 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões .....	44
Tabela 20 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições – total das exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso .....	45
Tabela 21 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições. Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1.....	45
Tabela 22 - CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito .....	46
Tabela 23 - CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito .....	46
Tabela 24 - CR5: Abordagem padronizada -exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR) .....	47
Tabela 25 - CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	48
Tabela 26 - CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco .....	50
Tabela 27 - CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte .....	50
Tabela 28 - CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito ..	50
Tabela 29 - CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais .....	51
Tabela 30 - SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária.....	53



Tabela 31 - SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação.....	53
Tabela 32 - SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora .....	54
Tabela 33 - SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora .....	54
Tabela 34 - MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado.....	56
Tabela 35 - IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB.....	59
Tabela 36 - REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência .....	59
Tabela 37 - REM2: Pagamentos extraordinários .....	60
Tabela 38 - REM3: Remuneração diferida .....	60

## Introdução

O Presente relatório tem por objetivo apresentar as informações do conglomerado Banco do Brasil, conforme Resolução n.º 54, de 16 de dezembro de 2020, do Banco Central do Brasil (Bacen), que estabelece o padrão de informações sobre a divulgação do Relatório do Pilar 3. A medida compõe uma das ações da Agenda BC+, pilar Sistema Financeiro Nacional (SFN) Mais Eficiente, que objetiva o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência das informações disponibilizadas.

As tabelas foram divididas de acordo com a sua periodicidade de divulgação (trimestrais, semestrais e anuais), possuem formato fixo, com informações quantitativas, conforme modelo disponibilizado pelo Bacen, e sem a possibilidade de alteração em sua forma de apresentação, de maneira a preservar a comparabilidade entre as instituições financeiras.

- a) No 1º e 3º trimestres do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais;
- b) No 2º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais e semestrais; e
- c) No 4º trimestre do ano, são divulgadas todas as tabelas.

As informações do Relatório de Pilar 3 são, também, disponibilizadas na forma de dados abertos, disponíveis na página dados abertos.bcb.gov.br do Bacen.

O Relatório de Pilar 3 do Conglomerado Banco do Brasil é orientado pela Política Específica de Divulgação das Informações de Gestão de Riscos e de Capital, regulamentada pela Resolução CMN 4.557, de 23.02.2017. Esta Política orienta o comportamento do Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas. Principais aspectos da Política:

- a) Somos transparentes na divulgação das informações de gestão de riscos e de capital;
- b) Divulgamos as informações observando as melhores práticas, a legislação bancária, as necessidades dos usuários externos e os nossos interesses, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária;
- c) Divulgamos as informações relevantes que possibilitem aos investidores e às partes interessadas a comprovação da suficiência do nosso capital para a cobertura de todos os riscos assumidos;
- d) Consideramos critérios de relevância na definição das informações prestadas ao mercado e utilizamos parâmetros técnicos para selecionar aquelas a serem divulgadas;
- e) Garantimos a confiabilidade e a integridade das informações prestadas ao público externo;
- f) Submetemos o processo de elaboração e divulgação das informações à validação do sistema de controles internos;
- g) Respeitamos o sigilo bancário e preservamos a confidencialidade dos dados na divulgação das informações; e
- h) Disponibilizamos as informações de gestão de riscos e de capital nos endereços eletrônicos [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri) (versão em português) e [www.bb.com.br/ir](http://www.bb.com.br/ir) (versão em inglês).

As informações divulgadas no relatório<sup>1</sup> podem ser retificadas voluntariamente ou por determinação do Banco Central do Brasil, caso identificadas inconsistências no processo de apuração do ISG. Neste caso ela será republicada no portal do BB.

---

<sup>1</sup> Relatório retificado em 24.10.2022, com alterações na tabela GSIB1.

## Principais Indicadores

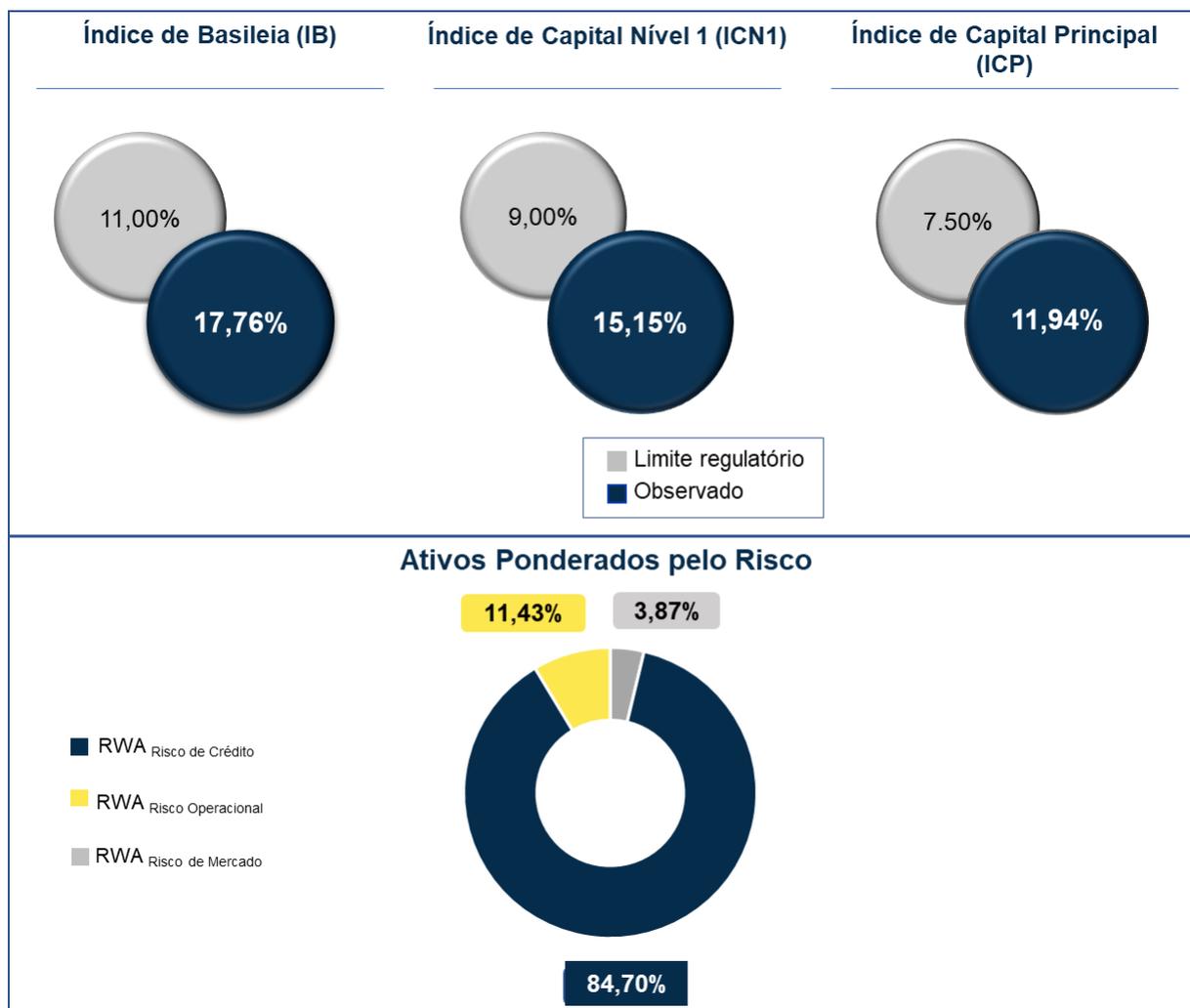
A adequação do capital é avaliada com base em requisitos regulatórios, limites prudenciais de gestão e metas de capital, cujo objetivo é manter o capital do BB em níveis adequados para cobertura dos riscos incorridos, com objetivo de otimizar dos recursos, a sustentabilidade do Banco e do sistema financeiro.

Nesse sentido, são observados limites mínimos regulatórios de capital, que consideram a relação entre os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Capital Principal (CP), Capital Nível 1 (CN1) e Patrimônio de Referência (PR), apurados conforme definido na regulação prudencial. O BB também realiza a avaliação da adequação do capital por meio dos testes de estresse e, seguindo a visão de capital econômico, que tem como característica geral a maior aderência em relação às características da instituição.

O foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito, em linha com a melhor relação risco e retorno.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, em vigor desde 1º de janeiro de 2014. Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenham controle direto e indireto e fundos de investimento nomes quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

Na figura seguir, são apresentados os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial BB, considerando a posição de 31.12.2021:



### KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez.

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192, de 01.03.2013, e nº 4.193, de 01.03.2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco, respectivamente.

A tabela seguinte demonstra a evolução do Índice de Basileia (IB), do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível 1 (ICN1), da parcela IRRBB, da margem de compatibilização do PR e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Tabela 1 - KM1 - Informações quantitativas sobre requerimentos prudenciais

R\$ mil	a	b	c	d	e
	Dez/2021	Set/2021	Jun/2021	Mar/2021	Dez/2020
<b>Capital regulamentar - valores</b>					
1 Capital Principal	111.337.592	114.254.702	112.036.523	106.652.375	104.315.243
2 Nível I	141.352.779	143.511.477	138.943.348	137.275.362	132.247.506
3 Patrimônio de Referência - PR	165.648.211	167.786.026	163.153.192	161.783.326	161.924.480
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0	0
3c Destaque do PR	0	0	0	0	0



<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores</b>						
4	RWA total	932.728.406	867.511.800	830.490.949	827.163.353	766.064.658
<b>Capital regulamentar como proporção do RWA</b>						
5	Índice de Capital Principal - ICP	11,94%	13,17%	13,49%	12,89%	13,62%
6	Índice de Nível 1	15,15%	16,54%	16,73%	16,60%	17,26%
7	Índice de Basileia	17,76%	19,34%	19,65%	19,56%	21,14%
<b>Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA</b>						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP <sub>Conservação</sub>	2,00%	1,63%	1,63%	1,25%	1,25%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP <sub>Contracíclico</sub>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP <sub>sistêmico</sub>	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
11	ACP total	3,00%	2,63%	2,63%	2,25%	2,25%
12	Margem excedente de Capital Principal	4,44%	6,05%	6,37%	6,14%	6,87%
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>						
13	Exposição total	1.959.999.792	1.993.635.894	1.870.347.719	1.843.161.037	1.749.449.279
14	RA	7,21%	7,20%	7,43%	7,45%	7,56%
<b>Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)</b>						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	224.605.020	263.784.830	255.307.999	247.567.289	253.508.657
16	Total de saídas líquidas de caixa	98.104.412	96.739.713	97.328.402	78.650.646	80.618.138
17	LCR	228,94%	272,67%	262,32%	314,77%	314,46%
<b>Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)</b>						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	932.373.732	935.467.257	929.558.685	906.293.133	893.322.207
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	814.828.931	803.391.569	769.530.763	768.381.946	725.008.402
20	NSFR	114,43%	116,44%	120,80%	117,95%	123,22%

**Comentários**

Em relação ao 3o trimestre/2021, observa-se decréscimo no Patrimônio de Referência, decorrente principalmente da redução no Capital Principal, devido aos impactos contábeis da distribuição do resultado, resultado atuarial e ajustes prudenciais. Informações retificadas em virtude do reprocessamento das operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

## **OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição**

A tabela demonstra a visão da interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite por risco estabelecido pelo Conselho de Administração (CA). A descrição deve englobar os principais riscos relacionados ao modelo de negócios.

O perfil de riscos da Instituição é direcionado e projetado pela Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) que tem por objetivo estabelecer o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos, considerando as restrições gerenciais e regulatórias.

A RAS, em conjunto com a Estratégia Corporativa Banco do Brasil (ECBB), direciona o Plano Diretor (PD), norteia o planejamento orçamentário e permite que a Alta Administração busque otimizar a alocação de capital, em consonância com os níveis aceitáveis de risco, considerando suas ambições estratégicas, cenários e o ambiente regulatório.

Em 2021, foi realizado o processo de formulação da ECBB para o quinquênio (2022-2026), resultado da aplicação de um conjunto de metodologias adotadas no processo de planejamento do Banco. A atuação do BB está organizada nos mercados de Varejo Pessoa Física, Varejo Pessoa Jurídica, Atacado Pessoa Jurídica, Setor Público e Private.

A revisão do Apetite a Riscos constitui-se em mecanismo prospectivo na busca de composição mais favorável ao portfólio de negócios. No processo de revisão, destaca-se o amplo debate realizado com os gestores internos de clientes, produtos e processos corporativos no sentido de se estruturar os diversos conceitos relacionados ao assunto, assim como validar premissas adotadas em especial quanto às projeções dos limites estabelecidos.

Os principais riscos relacionados ao modelo de negócios do Banco são: risco de Crédito, que inclui o Risco de Concentração de Crédito e o Risco de Crédito da Contraparte, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o Risco de Liquidez. No entanto, o BB possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios, e, conta com insumos internos e externos abordando de forma prospectiva os riscos incorridos.

Dessa forma, além do tratamento dado aos riscos considerados tradicionais, no conjunto de riscos do Banco, os demais riscos relevantes possuem métricas e indicadores específicos que permitem o acompanhamento de suas exposições.

**Governança do gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição em seus diversos níveis (formas de controle, delegação de autoridade, divisão de responsabilidades por tipo de risco e por unidade de negócio, entre outros), e o relacionamento entre as instâncias de governança (CA, diretoria, comitês de assessoramento do CA, unidades responsáveis pela função de conformidade e pelo gerenciamento de riscos, auditoria interna, entre outros).**

Os processos referentes à gestão de riscos são perenes e contemplam atividades relacionadas às definições estratégicas, controles e ações de gestão de riscos e de capital, incluídas a adoção de boas práticas, a definição de papéis e responsabilidades e a tomada de decisão em escalões compatíveis com o nível de responsabilidade exigido dos diversos órgãos integrantes da estrutura de governança.

O BB promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação objetiva identificar oportunidades de melhorias, que podem resultar em modificações na estrutura de governança para o aprimoramento da gestão. O Banco conta com sistema de gerenciamento de riscos e de capital que atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo CMN e pelo Bacen e busca o permanente alinhamento às boas práticas de gestão.

O modelo de governança para gerenciamento integrado de riscos e de capital, adotado pelo Banco, contempla os seguintes aspectos:

- a) segregação de funções: negócio x risco;
- b) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- c) processo de gestão definido;
- d) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas; e
- f) referência às melhores práticas de gestão.

As atribuições do Conselho de Administração e do Conselho Diretor, estabelecidas no Estatuto Social e em seus respectivos Regimentos Internos, objetivam garantir o alinhamento do processo de gerenciamento de riscos e de capital com as definições e direcionamentos das políticas institucionais e da Estratégia Corporativa.

O Conselho de Administração dispõe de dois comitês estatutários para assessorá-lo nas questões referentes ao gerenciamento de riscos e de capital: Comitê de Auditoria (Coaud) e Comitê de Riscos e de Capital (Coris). Suas atribuições constam do Estatuto Social e de seus respectivos Regimentos Internos, disponíveis no Site de Relações com Investidores do BB. O Banco também dispõe do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC), ao qual cabe, dentre outras atribuições:

- a) aprovar estratégias para gerenciamento de ativos, passivos e liquidez, de riscos e capital; e
- b) aprovar estratégias, diretrizes e medidas destinadas à correção das deficiências identificadas no sistema de controles internos.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos normatizadas na Resolução CMN 4.557/17, o CA indicou o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o responsável pelo gerenciamento de riscos do BB.

As Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB, no âmbito de atuação, quanto ao gerenciamento de riscos e controles, orientam-se pelo Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), que compõe o arcabouço da Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos do Banco do Brasil. Pelo MRLD, a gestão dos riscos incorridos pelo Banco e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas com base em três linhas de defesa.

A Primeira Linha de Defesa compreende às funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. É constituída por gestores específicos de riscos e tomadores de riscos (todas as Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais, exceto Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), Diretoria de Controles Internos (Dicoi) e Unidade de Auditoria Interna (Audit)).

A Segunda Linha corresponde às funções corporativas típicas de gestão de riscos e controles internos, exercidas pela Diris, como responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, e pela Dicoi, a qual cabe a regulação e a supervisão do sistema de controles internos e *compliance*.

A Terceira Linha abrange a Auditoria Interna, a qual avalia a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, incluindo a forma de atuação da primeira e segunda linhas de defesa.

### **Canais de disseminação da cultura de riscos na instituição (código de conduta, manuais, processos de comunicação de riscos, entre outros).**

Os principais canais internos para disseminação da cultura de risco são a Intranet e a Universidade Corporativa do BB. A comunicação externa ocorre por meio de disponibilização do Programa de *Compliance*, Código de Ética e políticas no ambiente RI do Banco, Relatório de Pilar 3 e Relatório Anual do Banco.

Tendo em vista a capilaridade do Banco, dentre os maiores desafios estão o desenvolvimento, implementação e consolidação da cultura organizacional, baseada em princípios éticos e

respeitando as diferenças regionais, culturais e individuais. Para tanto, são realizadas ações para disseminar a cultura de prevenção à corrupção, ministrados treinamentos acerca do tema e implementados controles nos processos. Sobre esse aspecto destaca-se, a inclusão do Código de Ética e cursos da Trilha Ética como pré-requisitos para as oportunidades de recrutamento interno e nomeação, bem como a intensificação das ações sobre Comunicação Não-Violenta voltadas a líderes e liderados.

O Banco dissemina a gestão de risco para todos os colaboradores por meio de treinamentos de risco, controle e conformidade, cujas trilhas são disponibilizadas na Universidade Corporativa do BB. Além disso, essas trilhas foram adicionadas ao conjunto de treinamentos da alta administração como uma forma de capacitá-los no tema. Além disso, a RAS também promove a disseminação da cultura de riscos.

As políticas e os procedimentos para gestão de risco estão documentados nos normativos internos e disponibilizados na intranet para todos os colaboradores.

### **Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.**

A RAS orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando o orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as ELBBs definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas, aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A RAS define limites mínimos prudenciais que tem o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do BB. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o Apetite a Riscos do BB e têm vigência a partir do mês de janeiro de cada ano.

A meta relacionada ao ICP representa o patamar mínimo desejado pela instituição no horizonte temporal considerado. Assim, tanto as políticas e ações de gestão quanto a estrutura dos mecanismos de indução devem nortear-se por esse direcionamento. Distinguem-se do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

As atividades específicas de mensuração de riscos no âmbito das Linhas de Defesa são as seguintes:

- a) 1ª linha de defesa (Tomadores de Risco) - Dimensionar quantitativa ou qualitativamente, o efeito da exposição aos riscos relacionados aos seus processos;
- b) 1ª linha de defesa (Gestores Específicos de Riscos) - Dimensionar quantitativa ou qualitativamente, o efeito da exposição aos riscos relacionados aos seus processos chave; e
- c) 2ª linha de defesa (Gestor Corporativo de Riscos) - Dimensionar quantitativa ou qualitativamente, a exposição agregada aos riscos, possibilitando determinar seus limites.

### **Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria.**

Para assessorar o Conselho de Administração nos processos de gerenciamento de riscos e de capital, o BB conta com o Coaud e o Coris. Para ambos, conforme Regimento Interno, dentre outras atribuições, está prevista a elaboração de relatórios periódicos acerca de suas atividades.

A estrutura de governança do BB conta, ainda, com o CEGRC composto pelos seguintes Vice-Presidentes:

- a) Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri);
- b) Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores (Vifin);
- c) Vice-Presidente de Negócios de Varejo (Vivar); e
- d) Vice-Presidente de Negócios de Atacado (Vipat).

O CEGRC tem por atribuição, dentre outras, acompanhar os relatórios relacionados à gestão de riscos, controles internos, gerenciamento de capital e gestão de ativos, passivos e liquidez.

Ademais, com o intuito de divulgar as informações relativas a riscos e capital, também são elaborados, periodicamente, reportes aos órgãos de governança a fim de permitir que o adequado fluxo de informações esteja disponível para a tomada de decisão.

Esses reportes são produzidos para relatar o comportamento dos principais indicadores, aprovados pela Alta Administração ou determinados pelo Regulador e seguem governança de comunicação, de acordo com o nível de confidencialidade das informações, podendo ser encaminhados diretamente aos tomadores de decisão ou àqueles que utilizam as informações em seus processos.

Os principais relatórios reportados a Alta Administração são:

- a) Painel de Riscos;
- b) Comparativo Carteira de Crédito BB x Sistema Financeiro Nacional;
- c) Resultado do Ciclo de Avaliação da Gestão de Riscos, Segurança e Controles Internos das ELBB; e

#### **Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse (portfólios considerados, cenários adotados, metodologias utilizadas e uso dos resultados no gerenciamento de riscos).**

A coordenação do Programa de Teste de Estresse é de responsabilidade da Diris, que realiza os testes de estresse para os riscos relevantes, Teste de Estresse Integrado (TEI) e o Teste de Estresse *Bottom Up* (TEBU). O processo recebe interveniência da Diretoria de Controladoria (Dirco) com relação aos números do orçamento e da Gerência de Assessoramento Econômico (Tesou/Gease) na elaboração de cenários macroeconômicos.

A elaboração da metodologia de construção de cenários macroeconômicos é de atribuição da Tesouraria (Tesou) e a elaboração dos cenários peculiares ocorre sob a coordenação da Diris, podendo ter envolvimento de outras áreas dependendo do tema.

As discussões sobre cenários ocorrem principalmente no âmbito do Fórum de Cenários, coordenado pela Gease e Diris, com participação da Diretoria de controladoria (Dirco) e Diretoria de Finanças (Difin), com periodicidade de realização trimestral.

No mínimo anualmente, os cenários de estresse sistêmicos e/ou idiossincráticos são apresentados ao CEGRC, Coris, e CA.

A aprovação dos cenários é de alçada do CA do Banco, conforme previsto na Resolução 4.557/17, artigo 18º.

A elaboração das metodologias de teste de estresse para os riscos de crédito, concentração, crédito de contraparte, mercado, IRRBB, liquidez, cibernético e TI, reputação, contágio, atuarial e operacional, além do TEI, é de responsabilidade da Diris, assim sendo, a aprovação das metodologias é de atribuição do Comitê de Administração da Diris.

Os resultados dos testes de estresse de cada categoria de risco são reportados por meio do Painel de Riscos ao CEGRC, Coris, e CA, conforme a periodicidade estabelecida no âmbito da gestão dos riscos. Com relação aos resultados do TEI, além do reporte aos Comitês mencionados acima por meio do Painel de Riscos, também são apresentados, discutidos e validados no Fórum de Teste de Estresse.

As simulações de teste de estresse são realizadas por categorias de risco individualmente e para o teste de estresse integrado (TEI), conforme a periodicidade determinada pela governança de cada risco.

O exercício do TEI compreendeu a aplicação de cenários que refletem condições macroeconômicas severas, aplicável de forma integrada às variáveis de riscos, negócios e capital. Além dos cenários macroeconômicos, foram utilizados cenários idiossincráticos para riscos que apresentam baixa ou parcial exposição às oscilações macroeconômicas, bem como cenários que refletem novas condições regulatórias, governamentais e mercadológicas com potencial efeito sobre o desempenho da instituição.

### **Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.**

Os parâmetros estabelecidos na RAS, buscam mitigar o risco de desvios quanto aos indicadores e metas estabelecidos pela Instituição, de forma a garantir o fortalecimento contínuo da estrutura de capital.

A mitigação dos riscos também é realizada a partir da revisão dos direcionadores e normas de gestão do risco e recomendação de medidas e procedimentos corretivos para as deficiências identificadas.

Além disso, a atuação das Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB, no tocante ao gerenciamento de riscos e controles, orienta-se pelo MRLD, que compõe o arcabouço da Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos do Banco do Brasil.

Por esse Modelo, a gestão dos riscos incorridos pelo Banco e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas com base nas três Linhas de Defesa.

O processo de gerenciamento dos riscos relevantes possui atividades padronizadas. As atividades específicas de mitigação de riscos são as seguintes:

- a) 1ª linha de defesa (Tomadores de Risco) - Implementar e executar controles que mitiguem os riscos.
- b) 1ª linha de defesa (Gestores Específicos de Riscos) - Assessorar o gestor de processos na implementação e execução de controles que mitiguem os riscos a que estão sujeitos.
- c) 2ª linha de defesa (Gestor Corporativo de Riscos) - Assessorar o gestor específico de riscos na implementação e execução de controles que mitiguem os riscos a que estão sujeitos.

### **Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição.**

O BB realiza o gerenciamento de capital, continuamente, através de processos de monitoramento e controle de capital necessário para fazer frente aos riscos, com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Elabora e revisa, anualmente, o seu Plano de Capital, aprovado pelos Conselhos Diretor (CD) e de Administração (CA), que abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses e tem como objetivo assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da Instituição, considerando inclusive cenários de estresse.

O Plano de Capital está vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na ECBB, nos direcionadores e limites constantes da RAS, no Orçamento do Conglomerado BB e abrange as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial do BB, localizadas no País e no exterior. Para subsidiar sua elaboração são realizadas projeções, tanto do Patrimônio de Referência (PR) quanto do RWA, referenciadas em aspectos regulatórios, em documentos estratégicos, na dinâmica dos negócios e nas informações técnicas discutidas no âmbito do Fórum de Capital<sup>2</sup>, promovendo assim,

---

<sup>2</sup> Fórum responsável por assessorar o CEGRC com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Icaap e ao Plano de Capital.

a avaliação da suficiência de capital e a adequação do capital aos limites regulatórios e prudenciais definidos pela Alta Administração.

O acompanhamento da execução do Plano de Capital é realizado mensalmente pelo Fórum de Capital e reportado periodicamente à Alta Administração. Neste acompanhamento, são avaliadas as projeções e as necessidades de realinhamento de estratégia, levando em consideração os valores realizados, os testes de estresse, as eventuais alterações regulatórias e as expectativas dos negócios.

Além disso, são realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, referenciados em cenários macroeconômicos e idiossincráticos, severos e pautados por premissas plausíveis, que subsidiam a elaboração do Plano de Contingência de Capital (PCC).

O PCC tem por objetivo assegurar o enquadramento do BB aos limites de capital regulatórios e prudenciais, caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

O BB elabora e revisa, anualmente, o seu Plano de Recuperação, aprovado pelo CD e CA, com objetivo de planejar o restabelecimento dos níveis adequados de capital e de liquidez da Instituição, em resposta a situações de estresse, contribuindo para a estabilidade e o funcionamento da Instituição e para a manutenção da solidez, estabilidade e do regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco também adota postura prospectiva quanto ao monitoramento e avaliação de eventuais alterações na regulação bancária prudencial e na composição do Conglomerado Prudencial, que possam resultar em incremento nos requerimentos de capital e de liquidez e impactos no Plano de Capital, com reporte tempestivo à Alta Administração. As Entidades Ligadas ao Banco do Brasil devem seguir essas orientações em seus direcionamentos, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

## OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

A tabela a seguir apresenta a visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

O Requerimento Mínimo de PR (PRMR), definido pela Resolução CMN nº 4.193, de 01.03.2013, é o patrimônio exigido das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades desenvolvidas.

O PRMR corresponde à aplicação do fator "F" ao montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

- Risco de Crédito ( $RWA_{CPAD}$ ), relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- Risco de Mercado ( $RWA_{MPAD}$ ), relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e
- Risco Operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.280, de 31.10.2013.

Tabela 2 - OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

a	b	c
RWA		Requeriment o mínimo de PR



R\$ mil		Dez/2021	Set/2021	Dez/2021
<b>Risco de Crédito</b>				
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	790.006.890	741.373.273	63.200.551
2	Risco de crédito em sentido estrito (1)	720.590.492	672.163.022	57.647.239
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	16.271.882	15.270.220	1.301.751
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	8.469.228	7.024.970	677.538
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	0	0	0
9	Do qual: mediante demais abordagens	7.802.654	8.245.250	624.212
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	4.559.690	3.480.132	364.775
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	1.681.386	1.816.958	134.511
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos	0	0	0
14	conforme regulamento do fundo			
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.140.222	1.237.841	91.218
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	44.208	592.174	3.537
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	45.719.010	46.812.927	3.657.521
<b>20</b>	<b>Risco de mercado</b>	<b>36.079.846</b>	<b>19.496.857</b>	<b>2.886.388</b>
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAM <sub>PAD</sub> )	36.079.846	19.496.857	2.886.388
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAM <sub>MINT</sub> )	0	0	0
<b>24</b>	<b>Risco operacional</b>	<b>106.641.670</b>	<b>106.641.670</b>	<b>8.531.334</b>
<b>27</b>	<b>Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)</b>	<b>932.728.406</b>	<b>867.511.800</b>	<b>74.618.273</b>

**Comentários**

As principais variações na parcela do RWAm<sub>pad</sub> ocorreram nas seguintes parcelas: RWAc<sub>am</sub>, pela adequação do Hedge fiscal, conforme a lei no. 14.031/20 e Art. 2, § 6º, inciso II, da Circular Bacen 3.641/13 e RWAj<sub>ur3</sub>, pelo aumento do volume de operações de longo prazo, com Títulos e Valores Mobiliários (TVMs), especificamente em Debêntures.

No âmbito da parcela de risco de crédito, RWAc<sub>pad</sub>, as principais variações, comparativamente aos valores divulgados no último trimestre, decorrem, majoritariamente, do aumento de exposição referente a incrementos nos volumes de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e de cartão de crédito, em consonância com as diretrizes estratégicas negociais estabelecidas pelo BB. Informações retificadas em virtude do reprocessamento das operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Na tabela OV1.a, o valor informado refere-se ao montante dos ativos ponderados pelo risco, conforme definido pela Resolução nº 4.193 de 2013, ao final do trimestre de referência. Na tabela OV1.c, representa o Requerimento do total de PR em Reais, conforme definido na Resolução nº 4.193, de 2013, art. 4º, ao final do trimestre de referência.

### **LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial**

### Explicação das diferenças significativas entre os valores reportados nas colunas (a) e (b) da tabela LI1.

As diferenças entre os valores reportados nas colunas (a) e (b) da tabela LI1 referem-se à diferença na composição dos conglomerados, bem como a tratamentos efetuados para fins de divulgação.

### Explicação das diferenças relevantes reportadas nas linhas 6 a 9 da tabela LI2.

O valor da coluna "a" da LI2 corresponde ao PL do Banco, ajustado pelos itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR, tanto para ativo, quanto passivo. Além disso, inclui o valor das diferenças no apreamento de instrumentos financeiros conforme Resolução 4.277/2013.

### Descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade do apreamento conforme disposto na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, quando este resultar em valor diferente do registrado contabilmente.

A mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros prioriza os preços médios observados em transações realizadas em mercados ativos, com o próprio instrumento financeiro ou, na falta deste, com instrumentos de natureza similar, ou ainda através de preços de referência divulgados por entidades confiáveis e independentes, com metodologia de apreamento pública e passível de verificação. A avaliação por modelo mediante metodologia proprietária, teoricamente estabelecida e empiricamente aceita, ocorre quando não é possível obter o valor de mercado pelas formas elencadas.

O Banco do Brasil possui sistemas e controles robustos para fins de apreamento de instrumentos financeiros. A Diris executa procedimentos diários para assegurar a confiabilidade do apreamento dos instrumentos financeiros, de forma independente dos elementos considerados na negociação das mesas de operação.

A verificação regular da acurácia de preços, índices e taxas é realizada diariamente na captura das informações dos provedores externos, por meio de validação automatizada, levando em consideração a complexidade dos instrumentos, a independência das fontes de dados e consistência dos valores. São realizados comparativos visando identificar eventuais variações abruptas em preços e taxas capturados ou resultantes de aplicação de metodologia.

Critérios gerais são adotados para todos os instrumentos financeiros que justificam a não adoção de ajustes prudenciais, exceto para o custo de liquidação das posições, que são realizados ajustes através da média e volatilidade dos preços, oferta de compra e venda e o spread de risco de crédito, apurado considerando a perda esperada de crédito do instrumento.

Tabela 3 - Composição do Conglomerado Prudencial

R\$ mil	Atividade	Total de Ativos	Dez/2021	
			Patrimônio Líquido	
<b>Instituições Financeiras</b>				
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	2.050.309.948,37	146.753.553,00
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	82.912.420,26	1.258.891,89
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	6.422.224,85	4.782.805,34
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	47.235,45	47.089,64
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	477.754,26	463.471,50
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	1.229.245,16	418.873,49
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	916,81	916,81
BB Cayman Islands Holding	(2)	Holding	1.736.012,74	1.732.596,78
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	4.797.194,17	397.197,17



Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	24.314.737,42	3.203.267,64
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	6.025.505,56	849.832,11
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	3.710.787,13	1.300.179,57
<b>Administradora de Consórcios</b>				
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	1.713.407,01	725.508,80
<b>Instituições de Pagamento</b>				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	134.780,57	24.332,90
<b>Sociedades Securitizadoras</b>				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.370.803,07	944.247,59
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	4.345,92	3.518,02
<b>Outras Pessoas Jurídicas</b>				
Fundo Compesa	(3)	Fundo de Investimento	23.314,75	23.226,49
BB Asset A Nordea G Disruption	(3)	Fundo de Investimento	1.285,64	1.283,64
BB Asset Ações Agro FIC FI	(3)	Fundo de Investimento	5.298,85	5.227,99
FIP Agventures II	(3)	Fundo de Investimento	9.164,42	9.105,84

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) São consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.



A tabela a seguir apresenta a explicação da variação entre os valores das exposições contábeis e regulatórias.

Tabela 4 - Instituições que compõem o Consolidado Divulgado e não integram o Conglomerado Prudencial – Variação das exposições contábeis e regulatórias

R\$ mil		Atividade	Total de Ativos	Dez/2021 Patrimônio Líquido
<b>Segmento Seguros, Previdência e Capitalização</b>				
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	Holding	8.483.923,91	6.640.750,88
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	Corretora	5.074.316,19	6.008,51
BB Seguros Participações S.A.	(1)	Holding	6.961.406,32	6.433.974,56
<b>Segmento Meios de Pagamento</b>				
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	Holding	10.004.097,22	9.109.713,50
<b>Outros Segmentos</b>				
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	Aquisição de Créditos	2.794,18	6,00
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (2)	Turismo	18.602,81	9.348,48
BB Tecnologia e Serviços	(1)	Informática	693.767,78	268.995,97

(1) Controladas.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2021.

## L11: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

A tabela a seguir a identifica as diferenças entre o escopo de consolidação utilizado nas demonstrações financeiras publicadas (coluna a) e aquele empregado para fins da regulamentação prudencial (coluna b). As colunas "c" a "g" detalham os valores por categorias de riscos.

Tabela 5 - L11 - Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco.

R\$ mil	a	b	c	d	e	f	Dez/2021 g
	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores reportados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
<b>Ativo</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.023.001	18.022.794	18.022.794	0	0	0	0
Instrumentos financeiros – Ativos financeiros	1.837.970.158	1.834.442.742	1.307.543.944	525.783.490	1.115.307	0	0
Operações de arrendamento mercantil	280.971	280.971	280.971	0	0	0	0
Demais ativos financeiros	1.837.689.187	1.834.161.771	1.834.161.771	0	0	0	0
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-47.912.547	-47.910.748	-47.910.748	0	0	0	0
Ativos fiscais	65.427.722	68.233.450	58.047.841	0	0	0	10185608,77
Correntes	8.807.717	8.570.661	8.570.661	0	0	0	0
Diferidos (Créditos tributários)	56.620.005	59.662.788	49.477.180	0	0	0	10.185.609
Decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa de CSLL e superveniência de depreciação	0	4.256.702	4.256.702	0	0	0	0



Créditos tributários deduzidos do PR	0	2.934.231	0	0	0	0	2934231.23
Créditos tributários não deduzidos do PR	0	1.322.471	1.322.471	0	0	0	0
Diferenças decorrentes de temporárias	0	55.406.086	55.406.086	0	0	0	0
Que excedam 10% do Capital Principal	0	649.886	643.387	0	0	0	6498.86
Que excedam 15% do Capital Principal	0	6.601.492	0	0	0	0	6601491.54
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR	0	8.350.319	8.350.319	0	0	0	0
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD	0	29.559.484	29.559.484	0	0	0	0
Créditos tributários de diferenças temporárias - CGPE	0	10.244.905	10.244.905	0	0	0	0
Investimentos em participações em coligadas, controladas e joint ventures	17.521.269	20.514.507	14.960.635	0	0	0	5553871.44
Participações significativas	17.276.096	20.269.349	14.715.478	0	0	0	5.553.871
Que excedam 10% do Capital Principal	0	13.877.434	8.350.319	0	0	0	5527114.99
Que excedam 15% do Capital Principal	0	1.748.071	0	0	0	0	1748070.67
Que não são deduzidas do PR	0	3.779.044	0	0	0	0	3779044.32
Demais participações em coligadas, controladas e joint ventures	0	8.350.319	8.350.319	0	0	0	0
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	0	6.335.267	6.335.267	0	0	0	0
Outros investimentos	0	56.648	0	0	0	0	56647.61
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	322.966	322.950	322.950	0	0	0	0
(provisão para perdas em investimento)	-77.793	-77.793	-77.793	0	0	0	0
Demais provisões	0	-29.891	0	0	0	0	-29891.16
Imobilizado de uso	0	-47.902	-47.902	0	0	0	0
(Depreciação Acumulada)	8.541.236	8.387.215	8.387.215	0	0	0	0
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	20.532.855	20.251.707	20.251.707	0	0	0	0
Intangível	-11.989.831	-11.862.739	-11.862.739	0	0	0	0
Ativos intangíveis (Amortização Acumulada)	-1.789	-1.754	-1.754	0	0	0	0
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	7.031.258	7.021.479	0	0	0	0	7.021.479
Outros Ativos	16.520.930	16.479.554	0	0	0	0	16479553.52
Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-7.508.815	-7.477.218	0	0	0	0	-7477218.05
Demais Ativos	-1.980.856	-1.980.856	0	0	0	0	-1980856.18
Demais Ativos	25.930.881	25.980.648	5.395.894	0	0	0	20584753.91
Demais Ativos	20.584.754	20.584.754	0	0	0	0	20584753.91
Demais Ativos	5.346.127	5.395.894	5.395.894	0	0	0	0
<b>Total de ativos</b>	<b>1.932.532.978</b>	<b>1.934.692.086</b>	<b>1.891.346.372</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43.345.713</b>
<b>Passivo</b>							



Passivos Financeiros - Depósitos e Demais Instrumentos financeiros	1.700.540.600	1.706.236.684	1.706.236.684	0	0	0	0
Provisões	36.810.310	36.675.482	36.675.482	0	0	0	0
Passivos fiscais	19.238.849	21.988.462	9.764.931	0	0	0	12223530.62
Correntes	10.661.687	9.726.054	9.726.054	0	0	0	0
Diferidos (Obrigações fiscais diferidas)	8.577.162	12.262.408	38.877	0	0	0	12.223.531
Obrigações fiscais diferidos associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido	0	9.399.915	0	0	0	0	9399914.56
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias	0	2.822.447	0	0	0	0	2822447.22
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de CSLL	0	1.169	0	0	0	0	1168.84
Obrigações fiscais diferidas não compensáveis.	0	38.877	38.877	0	0	0	0
Outros passivos	31.086.034	27.168.261	27.168.261	0	0	0	0
<b>Total de passivos</b>	<b>1.787.675.793</b>	<b>1.792.068.888</b>	<b>1.779.845.357</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.223.531</b>

## L12: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

A tabela a seguir demonstra as principais causas das diferenças entre os valores da coluna "b" da tabela L11 e os valores das exposições.



Tabela 6 - LI2 - Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Dez/2021

	a	b	c	d	e	outros	
	Valores						
R\$ mil	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR	
1 Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	1.891.346.372	1.891.346.372	0	0	0	0	0
2 Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	1.779.845.357	1.779.845.357	0	0	0	0	0
3 Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	111.501.015	111.501.015	0	0	0	0	0
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	44.964.619	44.964.619	0	0	0	0	0
5 Diferenças no apuração de instrumentos financeiros	22.311	0	0	0	19.103	0	3.208
6 Outras diferenças	0	0	0	0	0	0	0
<b>7 Exposições consideradas para fins prudenciais</b>	<b>156.487.945</b>	<b>156.465.634</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19.103</b>	<b>0</b>	<b>3.208</b>

## PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

A tabela a seguir detalha os elementos considerados no cálculo dos ajustes prudenciais a serem efetuados no processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, conforme disposto na Resolução nº 4.277, de 2013.

Tabela 7 - PV1 - Ajustes prudenciais (PVA).

Dez/2021

	a	b	c	d	e	f	g	h
R\$ mil	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	0	1.473	0	0	1.735	3.208	0	3.208
3 Custo de liquidação das posições	0	1.473	0	0	1.735	3.208	0	3.208
4 Concentração de mercado	0	0	0	0	0	0	0	0
5 Risco de pagamento antecipado	0	0	0	0	0	0	0	0
6 Risco de modelo	0	0	0	0	0	0	0	0
7 Risco operacional	0	0	0	0	0	0	0	0
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	0	0	0	0	0	0	0	0
9 Spread de risco de crédito	0	0	14.045	0	1.850	15.896	0	15.896
10 Custos administrativos futuros	0	0	0	0	0	0	0	0
11 Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>12 Total</b>	<b>0</b>	<b>1.473</b>	<b>14.045</b>	<b>0</b>	<b>3.585</b>	<b>19.103</b>	<b>0</b>	<b>19.103</b>

## CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

A tabela a seguir detalha a composição do Patrimônio de Referência (PR), conforme a Resolução nº 4.192, de 2013.

Tabela 8 - CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR).

	a	b
	Valor (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
<b>Capital Principal: instrumentos e reservas</b>		
1 Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	98.100.023	a1 + a2
2 Reservas de lucros	51.180.290	b
3 Outras receitas e outras reservas	-7.008.383	c1 + c2
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	467.965	d
<b>6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>142.739.895</b>	
<b>Capital Principal: ajustes prudenciais</b>		



7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	3.208	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	26.756	e1 + e2
9	Ativos intangíveis	7.021.479	f
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	2.933.062	g1 - g2
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	0	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	11.184.839	h1 - h2
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	276.913	i
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	0	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	0	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	1.748.071	j
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	649.886	k
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	7.558.089	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	3.779.044	l
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	3.779.044	m1 - m2
26	Ajustes regulatórios nacionais	0	
26.a	Ativos permanentes diferidos	0	0
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	0	0
26.d	Aumento de capital social não autorizado	0	0
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	0	0
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	0	0
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	0
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0	0
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	0	0
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	0	0
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	0	
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>	<b>31.402.303</b>	
29	<b>Capital Principal</b>	<b>111.337.592</b>	
<b>Capital Complementar: instrumentos</b>			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	30.015.188	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	30.015.188	n
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	0	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	30.015.188	
<b>Capital Complementar: deduções regulatórias</b>			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	0	
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
41	Ajustes regulatórios nacionais	0	0
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	0	0
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0	0



42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	0	
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	<b>0</b>	
44	<b>Capital Complementar</b>	<b>30.015.188</b>	
45	<b>Nível I</b>	<b>141.352.779</b>	
<b>Nível II: instrumentos</b>			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	0	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	24.295.432	o1 + o2
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	0	
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	<b>24.295.432</b>	
<b>Nível II: deduções regulatórias</b>			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	0	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
56	Ajustes regulatórios nacionais	0	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	0	0
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	0
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>	<b>0</b>	
58	<b>Nível II</b>	<b>24.295.432</b>	
59	<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>165.648.211</b>	
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>932.728.406</b>	
<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	11,94%	0
62	Índice de Nível I (IN1)	15,15%	0
63	Índice de Basileia (IB)	17,76%	0
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,00%	0
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,00%	0
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,00%	0
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	0
68	<b>Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)</b>	<b>4,44%</b>	<b>0</b>
<b>Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco</b>			
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas semelhantes a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	0	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas semelhantes a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	8.350.319	p
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	8.350.319	q
<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)</b>			
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	1.156.499	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	10.408.492	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	25.049.279	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	20.085.223	

## CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

A tabela a seguir demonstra a origem, no balanço patrimonial publicado, dos valores informados na Tabela CC1.

Tabela 9 - CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

R\$ mil	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
<b>Ativo</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.023.001	18.022.794	0
Instrumentos financeiros - Ativos financeiros	1.837.970.158	1.834.442.742	0
Operações de arrendamento mercantil	280.971	280.971	0
Demais ativos financeiros	1.837.689.187	1.834.161.771	0
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-47.912.547	-47.910.748	0
Ativos fiscais	65.427.722	68.233.450	0
Correntes	8.807.717	8.570.661	0
Diferidos (Créditos tributários)	56.620.005	59.662.788	0
Decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa de CSLL e superveniência de depreciação	0	4.256.702	0
PR	0	2.934.231	(g1)
Créditos tributários não deduzidos do PR	0	1.322.471	0
Decorrentes de diferenças temporárias	0	55.406.086	0
Principal	0	649.886	(k)
Que excedam 10% do Capital	0	6.601.492	(m1)
Principal	0	8.350.319	(p)
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR	0	29.559.484	0
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD	0	10.244.905	0
Créditos tributários de diferenças temporárias - CGPE	17.521.269	20.514.507	0
Investimentos	17.276.096	20.269.349	0
Investimentos em participações em coligadas, controladas e joint ventures	0	13.877.434	0
Principal	0	1.748.071	(j)
Que excedam 15% do Capital	0	3.779.044	(l)
Principal	0	8.350.319	(q)
Que não são deduzidas do PR	0	6.335.267	0
Demais participações em coligadas, controladas e joint ventures	0	56.648	(e1)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	0	322.950	0
Outros investimentos	322.966	-77.793	0
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	-77.793	-29.891	(e2)
(provisão para perdas em investimento)	0	-47.902	0
Demais provisões	0	8.387.215	0
Imobilizado de uso	8.541.236	20.251.707	0
Imobilizado de uso	20.532.855	-11.862.739	0
(Depreciação Acumulada)	-11.989.831	-1.754	0
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	-1.789	7.021.479	(f)
Intangível	7.031.258	16.479.554	0
Ativos intangíveis	16.520.930	-7.477.218	0
(Amortização Acumulada)	-7.508.815	-1.980.856	0
(Perdas (Provisões) para redução ao valor recuperável de ativos)	-1.980.856	25.980.648	0
Outros Ativos	25.930.881		



Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	20.584.754	20.584.754	(h1)
Demais Ativos	5.346.127	5.395.894	0
<b>Total de ativos</b>	<b>1.932.532.978</b>	<b>1.934.692.086</b>	<b>0</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos Financeiros - Depósitos e Demais Instrumentos financeiros	1.700.540.600	1.706.236.684	0
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	200.158.496	193.635.962	0
Dívidas subordinadas	36.218.805	36.218.805	0
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013 (FCO)	0	23.469.518	(o1)
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	0	825.914	(o2)
Demais dívidas subordinadas	0	11.923.373	0
Instrumentos híbridos de capital e dívida	604.817	604.817	0
Autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	0	0	0
Outros	0	604.817	0
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	31.134.160	31.134.160	0
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	0	30.015.188	(n)
Parcela não elegível	0	740	0
Instrumentos elegíveis ao Nível II	0	1.118.233	0
Instrumentos considerados no PR após a aplicação do redutor	0	0	0
Valor desconsiderado do PR devido a aplicação do redutor	0	1.118.233	0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	132.200.713	125.678.180	0
Demais passivos financeiros	1.500.382.104	1.512.600.722	0
Provisões	36.810.310	36.675.482	0
Passivos fiscais	19.238.849	21.988.462	0
Correntes	10.661.687	9.726.054	0
Diferidos (Obrigações fiscais diferidas)	8.577.162	12.262.408	0
Obrigações fiscais diferidas associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido	0	9.399.915	(h2)
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias	0	2.822.447	(m2)
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de CSLL	0	1.169	(g2)
Obrigações fiscais diferidas não compensáveis.	0	38.877	0
Outros passivos	31.086.034	27.168.261	0
<b>Total de passivos</b>	<b>1.787.675.793</b>	<b>1.792.068.888</b>	<b>0</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	90.000.023	90.000.023	0
do qual: montante elegível para Capital Principal	90.000.023	90.000.023	(a1)
do qual: montante elegível para Capital Complementar	0	0	0
Instrumento elegível ao capital principal	8.100.000	8.100.000	(a2)
Reservas de capital	1.401.176	1.401.176	(c1)
Reservas de reavaliação	0	0	0
Reservas de lucros	51.180.290	51.180.290	(b)
Outros resultados abrangentes	-8.409.559	-8.409.559	(c2)
Lucros ou prejuízos acumulados	0	0	0
(Ações em tesouraria)	-276.913	-276.913	(i)
Participação dos não controladores	2.862.168	628.180	(d)
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>144.857.185</b>	<b>142.623.198</b>	<b>0</b>

## GSIB1 – Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (GSIBs)

Tabela 10 - GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (GSIBs).

			Dez/2021
			a
	Indicador	Indicador Individual	Valores (R\$ mil)
1	Atividade no Exterior	Ativo Externo	10.527.531
2		Passivo Externo	113.058.290
3	Porte	Exposição Total Bruta	2.006.258.851
4	Interconexão	Ativo Interfinanceiro	75.819.194
5		Passivo Interfinanceiro	48.178.790
6		Títulos e Valores Mobiliários	359.705.403
7	Substituição	Custódia	1.281.549.544
8		Pagamentos	673.492.566
9		Originação	135.810.391
10		Volume de Negociação	15.740.514
11	Complexidade	Derivativos de Balcão	82.718.812
12		Instrumentos Não Elegíveis ao LCR	70.713.944
13		Ativos Nível 3	1.495.782

### Comentários

Valores apurados conforme Resolução BCB nº 171, de 09/12/2021, que ajustou a metodologia e escopo para cálculo dos indicadores conforme estabelecido pelo BIS.

## CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP<sup>Contracíclico</sup>

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP contracíclico, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de outubro de 2015.

Tabela 11 - CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP<sup>Contracíclico</sup>

					Dez/2021
					e
	a	b	c	d	
	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP <sup>Contracíclico</sup>			Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP <sup>Contracíclico</sup>
	ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB		
R\$ mil					
<b>Jurisdição</b>					
Afganistão	0,00%	1.044	0		0,00%
África do Sul	0,00%	74	0		0,00%
Albânia	0,00%	340	0		0,00%
Alemanha	0,00%	3.223.554	0		0,00%
Andorra	0,00%	499	0		0,00%
Angola	0,00%	4.834	0		0,00%
Antigua E Barbuda	0,00%	1	0		0,00%
Arabia Saudita	0,00%	48	0		0,00%
Argélia	0,00%	2	0		0,00%
Argentina	0,00%	13.450.220	0		0,00%
Armenia	0,00%	0	0		0,00%
Aruba	0,00%	30	0		0,00%
Australia	0,00%	1.119	0		0,00%
Áustria	0,00%	482.585	0		0,00%
Azerbaijão	0,00%	41	0		0,00%
Bahamas	0,00%	3.000.750	0		0,00%
Bangladesh	0,00%	518	0		0,00%
Barbados	0,00%	6	0		0,00%



Belarus	0,00%	74	0	0,00%
Bélgica	0,00%	67.787	0	0,00%
Belize	0,00%	1	0	0,00%
Benin	0,00%	64	0	0,00%
Bolívia	0,00%	4.966	0	0,00%
Bósnia-Herzegovina	0,00%	33	0	0,00%
Botsuana	0,00%	240	0	0,00%
Brasil	0,00%	2.436.743.476	0	0,00%
Brunei	0,00%	862	0	0,00%
Bulgária	0,00%	76	0	0,00%
Burkina Faso	0,00%	64	0	0,00%
Cabo Verde	0,00%	413	0	0,00%
Camarões	0,00%	14	0	0,00%
Camboja	0,00%	1	0	0,00%
Canadá	0,00%	376.224	0	0,00%
Catar	0,00%	1.181	0	0,00%
Cazaquistão	0,00%	22	0	0,00%
Chile	0,00%	258.693	0	0,00%
China	0,00%	786.326	0	0,00%
Cingapura	0,00%	796.335	0	0,00%
Colômbia	0,00%	8.969	0	0,00%
Congo	0,00%	315	0	0,00%
Coreia Do Sul	0,00%	85	0	0,00%
Costa Do Marfim	0,00%	128	0	0,00%
Costa Rica	0,00%	10.415	0	0,00%
Croácia	0,00%	66	0	0,00%
Cuba	0,00%	5.284	0	0,00%
Dinamarca	0,00%	492	0	0,00%
Egito	0,00%	146	0	0,00%
El Salvador	0,00%	291	0	0,00%
Emirados Árabes Unidos	0,00%	1.865	0	0,00%
Equador	0,00%	580	0	0,00%
Eritreia	0,00%	66	0	0,00%
Eslováquia	0,00%	184	0	0,00%
Eslovênia	0,00%	32	0	0,00%
Espanha	0,00%	1.797.254	0	0,00%
Estados Unidos	0,00%	25.510.742	0	0,00%
Etiópia	0,00%	1	0	0,00%
Filipinas	0,00%	13	0	0,00%
Finlândia	0,00%	21	0	0,00%
França	0,00%	2.181.312	0	0,00%
Gabão	0,00%	108	0	0,00%
Gambia	0,00%	14	0	0,00%
Gana	0,00%	202	0	0,00%
Gibraltar	0,00%	191	0	0,00%
Grécia	0,00%	27	0	0,00%
Guatemala	0,00%	6	0	0,00%
Guiana	0,00%	196	0	0,00%
Guiana Francesa	0,00%	25	0	0,00%
Guine	0,00%	96	0	0,00%
Guine Equatorial	0,00%	222	0	0,00%
Guiné-Bissau	0,00%	929	0	0,00%
Haiti	0,00%	3.106	0	0,00%
Holanda	0,00%	193.758	0	0,00%
Honduras	0,00%	124	0	0,00%
Hong Kong	1,00%	691.482	630.997.199	1,00%
Hungria	0,00%	54	0	0,00%
Ilhas Cayman	0,00%	7.552.234	0	0,00%
Ilhas Ferroe	0,00%	0	0	0,00%
Índia	0,00%	386	0	0,00%
Indonésia	0,00%	377	0	0,00%
Ira	0,00%	202	0	0,00%
Iraque	0,00%	23	0	0,00%
Irlanda	0,00%	358	0	0,00%
Israel	0,00%	129	0	0,00%
Itália	0,00%	777.085	0	0,00%
Jamaica	0,00%	2	0	0,00%
Japão	0,00%	1.524.897	0	0,00%
Jordânia	0,00%	69	0	0,00%
Kuwait	0,00%	87	0	0,00%
Letônia	0,00%	1	0	0,00%
Líbano	0,00%	698	0	0,00%
Libéria	0,00%	30	0	0,00%
Líbia	0,00%	43	0	0,00%
Lituânia	0,00%	3	0	0,00%
Luxemburgo	0,50%	1.786.734	1.370.754.199	0,50%
Macau	0,00%	1	0	0,00%
Malásia	0,00%	595	0	0,00%
Malauí	0,00%	6	0	0,00%
Mali	0,00%	22	0	0,00%
Malta	0,00%	256	0	0,00%
Marrocos	0,00%	87	0	0,00%
Mauritânia	0,00%	10	0	0,00%
Maurício	0,00%	0	0	0,00%
México	0,00%	650.762	0	0,00%



Moçambique	0,00%	1.725	0	0,00%	
Monaco	0,00%	0	0	0,00%	
Mongólia	0,00%	4	0	0,00%	
Montenegro	0,00%	40	0	0,00%	
Namíbia	0,00%	0	0	0,00%	
Nicarágua	0,00%	150	0	0,00%	
Niger	0,00%	39	0	0,00%	
Nígeria	0,00%	416	0	0,00%	
Noruega	1,00%	2.276	1.550.467	1,00%	
Nova Zelândia	0,00%	150	0	0,00%	
Omã	0,00%	143	0	0,00%	
Panamá	0,00%	1.642.443	0	0,00%	
Paquistão	0,00%	125	0	0,00%	
Paraguai	0,00%	596.030	0	0,00%	
Peru	0,00%	46.902	0	0,00%	
Polónia	0,00%	69	0	0,00%	
Porto Rico	0,00%	14	0	0,00%	
Portugal	0,00%	736.851	0	0,00%	
Quênia	0,00%	3	0	0,00%	
Reino Unido	0,00%	1.193.985	0	0,00%	
Rep. Democrática Do Congo	0,00%	242	0	0,00%	
República Dominicana	0,00%	44	0	0,00%	
República Tcheca	0,00%	108	0	0,00%	
Romênia	0,00%	111	0	0,00%	
Rússia	0,00%	547	0	0,00%	
San Marino	0,00%	10	0	0,00%	
Santa Helena	0,00%	15	0	0,00%	
São Pedro e Miquelon	0,00%	4	0	0,00%	
São Tome e Príncipe	0,00%	377	0	0,00%	
Senegal	0,00%	642	0	0,00%	
Serra Leoa	0,00%	5	0	0,00%	
Servia	0,00%	21	0	0,00%	
Síria	0,00%	727	0	0,00%	
Somália	0,00%	0	0	0,00%	
Sri Lanka	0,00%	1	0	0,00%	
Sudão	0,00%	106	0	0,00%	
Suécia	0,00%	220	0	0,00%	
Suíça	0,00%	1.246.883	0	0,00%	
Suriname	0,00%	5	0	0,00%	
Tailândia	0,00%	214	0	0,00%	
Taiwan	0,00%	13.473	0	0,00%	
Tanzânia	0,00%	1	0	0,00%	
Timor Leste	0,00%	0	0	0,00%	
Togo	0,00%	50	0	0,00%	
Trinidad E Tobago	0,00%	7	0	0,00%	
Tunísia	0,00%	26	0	0,00%	
Turquia	0,00%	7	0	0,00%	
Ucrânia	0,00%	112	0	0,00%	
Uganda	0,00%	7	0	0,00%	
Uruguai	0,00%	2.018	0	0,00%	
Venezuela	0,00%	2.405	0	0,00%	
Vietnã	0,00%	51	0	0,00%	
Zâmbia	0,00%	4	0	0,00%	
Subtotal		0	0	0,00%	
<b>Total</b>		<b>2.507.396.217</b>	<b>2.003.301.865</b>	<b>0</b>	<b>2,50%</b>

## LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

A tabela a seguir apresenta os ajustes efetuados no valor do ativo total para a obtenção da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto na Circular nº 3.748, de 2015.

Tabela 12 - LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

R\$ mil	Dez/2021
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.917.941.033
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
1+2 Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	0
4 Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	358.158
5 Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	12.742.193
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	54.495.637
7 Outros ajustes	-25.537.230
<b>8 Exposição Total</b>	<b>1.959.999.792</b>

O aumento da Exposição Total no 4º trimestre de 2021 em relação ao 2º trimestre de 2021 deu-se principalmente pelo aumento do Ativo Total do Balanço Patrimonial.

## LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e a Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível ao risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções constantes da Carta-Circular BACEN 3.706, o BB envia mensalmente ao BACEN a razão de alavancagem, cujo requerimento mínimo é de 3%.

A tabela a seguir detalha os componentes da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), de que trata a Circular nº 3.748, de 2015.

A Razão de Alavancagem, instituída por meio da Circular Bacen nº 3.748, de 26.02.2015, tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia.

Tabela 13 - LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

	a Dez/2021	b Set/2021
<b>Itens contabilizados no balanço patrimonial</b>		
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.436.744.686	1.362.986.096
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-33.949.007	-34.591.566
<b>3 Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>1.402.795.680</b>	<b>1.328.394.530</b>
<b>Operações com instrumentos financeiros derivativos</b>		
4 Valor de reposição em operações com derivativos	1.657.923	1.974.049
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	835.271	482.101
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	0	0
8 Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	0	0
9 Valor de referência dos derivativos de crédito	0	0
10 Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	0	0
<b>11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>2.493.194</b>	<b>2.456.150</b>
<b>Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)</b>		
12 Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	487.473.089	600.411.399



13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	0	0
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	12.742.193	8.548.855
15	Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	0	0
<b>16</b>	<b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM</b>	<b>500.215.282</b>	<b>608.960.254</b>
<b>Itens não contabilizados no balanço patrimonial</b>			
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	185.969.723	183.097.322
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-131.474.086	-129.272.361
<b>19</b>	<b>Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>54.495.637</b>	<b>53.824.960</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>			
20	Nível I	141.352.779	143.511.477
<b>21</b>	<b>Exposição Total</b>	<b>1.959.999.792</b>	<b>1.993.635.894</b>
<b>Razão de Alavancagem (RA)</b>			
22	Razão de Alavancagem	7,21%	7,20%

**Comentários**

O aumento da exposição total no 4º trimestre de 2021, em relação ao 3º trimestre de 2021, deu-se principalmente pelo aumento do Ativo Total do Balanço Patrimonial

## LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017.

O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da Diris, cuja abrangência envolve a observância da Política Específica de Risco de Liquidez, da RAS, das estratégias de gestão, dos processos de gerenciamento, da avaliação periódica da adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos operacionais, dentre outros aspectos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Na gestão do risco de liquidez, a Política Específica, a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS) e o Plano de Contingência de Liquidez são estabelecidos pelo CA, já as estratégias de gerenciamento de risco de liquidez e definição de limites globais são estabelecidas pelo CEGRC.

O Comitê de Administração da Diris, observadas as estratégias aprovadas no CEGRC, é responsável por definir:

- os modelos para gestão do risco de liquidez,
- os procedimentos de gerenciamento do risco;
- os procedimentos operacionais;
- os sistemas de gerenciamento, e
- a avaliação e monitoramento de modelos de gestão.

Com a finalidade de dar suporte à Alta Administração no processo de tomada de decisão sobre o risco de liquidez, são elaborados relatórios gerenciais e apresentados ao CEGRC; CD; Coris; Coaud; e ao CA.

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais qualitativas e quantitativas sobre o risco de liquidez tais como: adequação dos limites internos e regulatórios, indicadores apurados e projetados, utilização das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL) e resultados de testes de estresse.

O Painel de Riscos é o principal relatório interno para o acompanhamento e gestão do risco de liquidez. Os relatórios facilitam o acompanhamento dos limites estabelecidos e o controle do risco de liquidez incorrido pelo Banco.

### Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- a) definição de apetite e tolerância;
- b) políticas e processos que:
  - i. estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em conformidade aos níveis estabelecidos na RAS;
  - ii. assegurem:
    - identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a noventa dias;
    - manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse;
    - manutenção de perfil de captação de recursos adequados ao risco de liquidez dos ativos e passivos da instituição, bem como, de exposições não contabilizadas no seu balanço patrimonial; e
    - diversificação adequada das fontes de captação de recursos.

Para a gestão do risco de liquidez o Banco estabeleceu política específica que determina as diretrizes de atuação do Conglomerado no processo de gerenciamento deste risco.

A referida política dispõe sobre a gestão do risco de liquidez das operações registradas no Ativo, Passivo e em Contas de Compensação praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, levando em consideração diferentes horizontes temporais e estimando as perdas associadas a diferentes cenários, internos e externos, inclusive cenários de estresse. Considera, ainda, estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada de fontes de recursos, prazos de vencimentos, moedas, plano de contingência e a adoção de teste de estresse capaz de avaliar o comportamento da liquidez em situações de anormalidade.

### Estratégias de mitigação do risco de liquidez.

O gerenciamento de riscos do Banco do Brasil orienta-se pelo MRLD, que compõe o arcabouço da Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos. Por esse modelo, a gestão do risco de liquidez e dos controles necessários à sua mitigação são realizados nas três linhas de defesa:

- a) a primeira linha de defesa é atribuída ao gestor específico da liquidez, Diretoria de Finanças (Difin), responsável pela execução dos controles e implementação das MCL;
- b) a segunda linha de defesa tem a área de riscos como gestora corporativa de riscos, e tem a atribuição de regulamentar, supervisionar, assessorar e avaliar a gestão de riscos realizada pela primeira linha de defesa. Compõe também a segunda linha de defesa a área de controles internos, que tem a atribuição de regulamentar, supervisionar, assessorar e avaliar o sistema de controles internos; e
- c) a terceira linha de defesa abrange a função de auditoria interna, que atua de forma independente e objetiva, avaliando, entre outros, a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento do risco de liquidez, controles internos e governança da Organização.

Entre as atividades relacionadas à mitigação do risco de liquidez e desempenhadas pelo gestor corporativo do risco destacam-se a disseminação das "melhores práticas" relacionadas aos mitigadores existentes para risco de liquidez e o estabelecimento de direcionadores (Política) e normas corporativas de gestão do risco.

### Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez.

Dentre outros instrumentos de gestão do risco de liquidez, o Banco utiliza o teste de estresse. O Teste de Estresse de Liquidez integra o Programa de Teste de Estresse do BB, que é coordenado pela área de riscos e tem como finalidade a avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na liquidez da instituição ou do portfólio específico.

Além de atuar como uma ferramenta de gestão do risco de liquidez, o Teste de Estresse de Liquidez contribui na avaliação dos níveis de liquidez do Banco e na elaboração do Plano de Contingência de Liquidez (PCL), auxilia na avaliação dos níveis de apetite e tolerância; e testa a resiliência do Banco diante da possibilidade de eventos extremos, os quais podem ser macroeconômicos ou idiossincráticos. Para as simulações do Teste de Estresse de Liquidez, são adotados os seguintes cenários:

- a) cenário Padronizado de Risco de Liquidez (conforme premissas estabelecidas pelo Regulador), com periodicidade diária de execução por meio da apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- b) cenário Macroeconômico de Estresse; com periodicidade mensal de execução por meio do Teste de Estresse Integrado (TEI); e
- c) cenários de Risco de Liquidez, com periodicidade mensal de execução, a serem cumpridos até o décimo dia útil do mês e premissas estabelecidas pelo gestor corporativo do risco de liquidez.

### Descrição resumida do plano de contingência de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez (PCL) é um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades que visa identificar, administrar e reportar situações de Estresse de Risco de Liquidez tendo como principais objetivos:

- a) assegurar a manutenção do fluxo de caixa;
- b) ter uma estratégia para restaurar o nível de liquidez desejado; e
- c) estabelecer divisão de responsabilidades.

O BB considera Estado de Estresse de Liquidez, quando:

- a) a Liquidez observada ficar abaixo da Reserva de Liquidez, em qualquer uma das Visões Gerenciais definidas; ou
- b) o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) do Banco ficar abaixo do limite prudencial estabelecido pela RAS vigente.

Na ocorrência do Estado de Estresse de Liquidez, deverão ser acionadas, obrigatoriamente, Medidas de Contingência de Liquidez (MCL) ou outras medidas cabíveis.

Essas medidas devem, necessariamente, estar descritas no Inventário de MCL (IMCL) e atender aos requisitos estabelecidos e, podem abranger a venda ou troca de ativos e de passivos, a alteração na composição das captações e nas respectivas taxas de remuneração, e a redução dos desembolsos relacionados à concessão de créditos.

No âmbito do PCL, a área de gestão de riscos, como gestor corporativo do risco deve:

- a) mensurar o indicador LCR e reportá-lo ao Bacen segundo procedimentos descritos em norma vigente, encaminhar ao Bacen, diariamente, relatório detalhado para acompanhamento da execução do Plano de Recomposição de Liquidez (PRL), nos casos em que o indicador ficar abaixo do mínimo regulatório;
- b) reportar ao CA e ao Coris a ocorrência de Estado de Estresse de Liquidez; e
- c) estabelecer a padronização dos reportes atrelados ao Plano Operacional de Contingência (POC), ao PRL e às MCL.



### Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez.

A gestão do risco de liquidez utiliza instrumentos de apoio à tomada de decisão. Tais instrumentos podem ser processos, sistemas internos ou modelos de risco de liquidez desenvolvidos pela área de gestão de riscos ou ainda outros modelos desenvolvidos e utilizados por diferentes áreas da instituição ou disponíveis no mercado.

### Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) Liquidez Intradia: capacita o cumprimento das obrigações de pagamento no momento esperado, sem afetar a posição de liquidez e a posição das contrapartes;
- b) Liquidez Observada: saldo avaliado diariamente após o fechamento dos movimentos contábeis e financeiros, calculada de acordo com composição específica definida;
- c) Liquidez Projetada: saldo estimado, a partir da Liquidez Observada para D+1 até o horizonte temporal desejado, considerando diferentes cenários; Cenários de Risco de Liquidez: composto por Cenário Base que é único e representa a estimativa mais provável da evolução da Liquidez; e Cenários de Estresse que representam situações de alta severidade e de baixa probabilidade de ocorrência;
- d) Limites de Risco de Liquidez: adotados para Reserva de Liquidez, Colchão de Liquidez, Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL), Índice de Concentração de Captação (IC), Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) e Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR);
- e) Monitoramento Prospectivo de Risco de Liquidez (MPRL): processo que visa antecipar ações e medidas para evitar a ocorrência de Estado de Risco de Liquidez “Crítico” e de “Estresse”;
- f) Fórum de Risco de Liquidez: objetiva promover, quando acionado, a avaliação da situação da Liquidez e a recomendação ou não de ações para restabelecimento da liquidez;
- g) Plano de Contingência de Liquidez (PCL): conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades que visa identificar, administrar e reportar situações de Estresse de Risco de Liquidez;
- h) Análise de Sensibilidade das MCL: permite avaliar se o impacto decorrente de crise econômica e/ou financeira pode afetar o volume dos potenciais das MCL;
- i) Teste de Eficácia das MCL: permite avaliar se o volume potencial das MCL é suficiente para restabelecer a liquidez acima dos limites estabelecidos;
- j) Teste de Estresse de Liquidez: tem como finalidade a avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na liquidez da instituição ou do portfólio específico; e
- k) Avaliação e Monitoramento dos modelos de risco de liquidez: consiste em processo contínuo de verificação do comportamento dos modelos em uma determinada data ou período, com o objetivo de acompanhar os níveis de qualidade e acurácia dos modelos desenvolvidos e sua estabilidade populacional.

### **LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)**

A tabela seguir informa as entradas e saídas de caixa, bem como o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) da instituição, conforme definições e metodologia de cálculo estabelecidas na Circular nº 3.749, de 2015.

O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) é exigido para instituições financeiras enquadradas no segmento S1, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.401, de 24.02.2015.

O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Bacen, por meio da Circular nº 3.749, de 05.03.2015, alinhado às diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar um cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

O cenário de estresse regulatório utilizado na mensuração do LCR considera choques que resultam em:

- a) perda parcial das captações de varejo e de atacado sem colateral;
- b) redução da capacidade de captar recursos de curto prazo;
- c) saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;

- d) aumento da volatilidade de preços, taxas ou índices que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições de derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- e) saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito e liquidez concedidas; e
- f) necessidade potencial do banco ter de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais visando mitigar seu risco reputacional.

Em termos funcionais, matematicamente, o LCR corresponde à razão entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e o total das saídas de caixa previstas para um período de 30 dias, conforme fórmula a seguir:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas Líquidas de Caixa = Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa

Entradas de Caixa limitadas a 75% das Saídas de Caixa

O HQLA é composto por ativos que se mantêm líquidos no mercado durante períodos de estresse, que sejam fácil e imediatamente convertidos em espécie, mediante nenhuma ou pouca perda, estejam livres de impedimento, apresentando baixo risco e cujo apreçamento seja fácil e certo. Ou seja, que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulador (Circular nº 3.749, de 05.03.2015).

As Saídas Líquidas de Caixa representam a diferença entre Saídas de Caixa e Entradas de Caixa. As Saídas de Caixa são estimadas pela multiplicação dos saldos das várias categorias de obrigações e compromissos, registrados no passivo ou fora do balanço, por fatores de ponderação. As Entradas de Caixa são estimadas a partir da multiplicação, por fatores de ponderação, dos saldos das várias categorias de valores adimplentes a receber pela instituição e para os quais não se espere descumprimento da contraparte nos próximos 30 dias.

Os valores da tabela a seguir, relativos ao 4º trimestre/2021, foram obtidos a partir da média simples das observações diárias apuradas e enviadas ao Bacen no período de outubro a dezembro de 2021.

Tabela 14 - LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

R\$ mil	Dez/2021	
	a Valores não ponderados	b Valores Ponderados
<b>Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>		
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		224.605.020
<b>Saídas de caixa</b>		
2 Captações de varejo, das quais:	417.897.165	32.576.494
3 Captações estáveis	285.851.048	14.292.552
4 Captações menos estáveis	132.046.117	18.283.941
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	118.802.596	65.753.805
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	23.867.046	6.128.823
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	70.059.646	34.749.078
8 Obrigações não colateralizadas	24.875.904	24.875.904
9 Captações de atacado colateralizadas	0	9.622.495
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	128.050.694	18.251.324
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	8.942.787	6.617.115
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.783.539	2.783.539
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	116.324.368	8.850.670
14 Outras obrigações contratuais	34.434.075	34.434.075
15 Outras obrigações contingentes	299.837.184	5.711.755
16 Total de saídas de caixa	999.021.714	166.349.948
<b>Entradas de caixa</b>		
17 Empréstimos colateralizados	578.322	0
18 Operações em aberto, integralmente adimplentes	22.599.634	13.272.370
19 Outras entradas de caixa	64.174.455	54.973.166
20 Total de entradas de caixa	87.352.412	68.245.536
<b>Valor Total Ajustado</b>		
21 Total HQLA		224.605.020
22 Total de saídas líquidas de caixa		98.104.412
23 LCR		228,94%

## Comentários

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA) do Banco do Brasil totalizaram R\$ 224,60 bilhões, valor médio diário das observações no 4T21, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em Espécie. No período, o saldo ponderado de Saídas de Caixa totalizou R\$ 166,35 bilhões, compostas principalmente por Captações de Varejo e Atacado, enquanto as Entradas de Caixa totalizaram R\$ 68,24 bilhões, no mesmo período, apurados também com base na média dos saldos diários do trimestre. Assim, o valor médio observado para o LCR no trimestre foi de 228,94%, demonstrando que o Banco possui liquidez suficiente para suportar o cenário de estresse padronizado.

### **LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)**

A tabela a seguir divulga as informações relativas ao Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e seus componentes, conforme estabelecido na Circular nº 3.869, de 19 de dezembro de 2017.

O Indicador de Liquidez de Longo Prazo (*Net Stable Funding Ratio* – NSFR) é exigido para instituições financeiras enquadradas no segmento S1, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.616, de 30.11.2017.

O cálculo do NSFR segue metodologia estabelecida pelo Bacen, por meio da Circular nº 3.869, de 19.12.2017, que está alinhada às diretrizes internacionais de Basileia e tem como objetivo garantir que as instituições financeiras financiem as suas atividades com recursos estáveis em uma visão de longo prazo.

O NSFR é definido pela seguinte fórmula de cálculo:

$$NSFR = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}}$$

#### **Recursos Estáveis Disponíveis (*Available Stable Funding* – ASF)**

Os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) correspondem ao saldo em estoque, ponderado pelos respectivos fatores de ponderação, dos elementos registrados no passivo e no patrimônio líquido do balanço patrimonial da instituição, conforme circular nº 3.869, de 19.12.2017.

O ASF é composto principalmente pelo capital da instituição, além das captações de varejo e de atacado.

#### **Recursos Estáveis Requeridos (*Required Stable Funding* – RSF)**

Os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) correspondem ao saldo em estoque, ponderado pelos respectivos fatores de ponderação, dos elementos registrados no ativo e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial da instituição (exposições *off balance*), conforme circular nº 3.869, de 19.12.2017.

O RSF é composto, principalmente pelas operações de crédito, depósitos compulsórios, títulos públicos e privados, aplicações interbancárias, ativo permanente e crédito tributário.

Cada elemento do ativo, passivo, patrimônio líquido e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (exposições *off balance*) deve compor o montante de ASF e RSF, sendo demonstrados por prazos de vencimento de zero a seis meses, seis meses a um ano e maior que um ano.

Dependendo do nível de liquidez do ativo, do nível de estabilidade do passivo e patrimônio líquido, bem como de acordo com a distribuição por prazos de vencimento, as operações recebem ponderadores específicos, resultando no cálculo do indicador.

A tabela a seguir apresenta o indicador NSFR do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, referente ao encerramento do 4T21:



Tabela 15 - LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

R\$ mil	Dez/2021					
	a	b	c	d	e	
	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação					
	Sem vencimento	Menor do que seis meses	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano	Maior ou igual a um ano	Valor após a ponderação	
<b>Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>						
1	Capital	0	0	0	201.858.277	201.858.277
2	Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	0	0	0	174.259.189	174.259.189
3	Outros instrumentos não incluídos na linha 2	0	0	0	27.599.088	27.599.088
4	Captações de varejo, das quais:	378.219.580	56.031.925	0	0	405.522.690
5	Captações estáveis	268.191.529	25.735.179	0	0	279.230.372
6	Captações menos estáveis	110.028.051	30.296.746	0	0	126.292.318
7	Captações de atacado, das quais:	60.716.711	746.677.159	29.050.990	93.296.736	153.939.224
8	Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	10.189.685	0	0	0	5.094.843
9	Outras captações de atacado	50.527.026	746.677.159	29.050.990	93.296.736	148.844.381
10	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	0	44.864.949	484	18	0
11	Outros passivos, dos quais:	0	136.436.688	3.492	171.051.795	171.053.541
12	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero			2.603.927		
13	Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	0	133.832.761	3.492	171.051.795	171.053.541
14	<b>Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>					932.373.732
<b>Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					30.316.763
16	Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	0	0	0	0	0
17	Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	0	665.143.821	113.948.828	495.494.323	601.952.971
18	Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	0	480.724.918	0	449.046	48.521.538
19	Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	0	0	0	0	0
20	Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	0	141.654.198	106.013.071	376.442.079	445.668.549
21	Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	0	0	0	1.429	929
22	Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	0	1.275.629	784.138	38.368.353	25.969.313
23	Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	0	1.275.629	784.138	38.368.353	25.969.313
24	Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	0	41.489.077	7.151.619	80.234.845	81.793.572
25	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	0	21.270.275	23.463.600	1.148.697	0
26	Outros ativos, dos quais:	0	93.363.588	8.853.873	143.249.008	174.785.255
27	Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	0				0
28	Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central			5.202.921		2.325.617
29	Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero			0		32.492
30	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação			0		130.196
31	Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	0	93.363.588	8.853.873	138.046.088	172.296.949

32	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	0	0	0	7.773.942
33	<b>Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>					<b>814.828.931</b>
34	<b>NSFR (%)</b>					<b>114,43%</b>

**Comentários**

O Banco do Brasil possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 932,37 bilhões no 4T21, com destaque para os itens Capital e Captações do Varejo, com saldos de R\$ 201,85 bilhões e R\$ 405,52 bilhões respectivamente. Por sua vez, o total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF), no mesmo período, somou R\$ 814,83 bilhões, composto principalmente pelos saldos dos itens Empréstimos e Financiamentos e Demais Ativos, no total de R\$ 445,66 bilhões e R\$ 174,78 bilhões, respectivamente. Assim, o NSFR do Banco do Brasil no fechamento do trimestre é de 114,43%, indicando que a instituição possui Recursos Estáveis Disponíveis suficientes para suportar os Recursos Estáveis Requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

## CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

### A forma como o modelo de negócios é refletida no perfil de risco de crédito da instituição.

No BB, a indução do comportamento dos tomadores de risco de crédito (áreas de negócio) é realizada pela RAS. A RAS é o principal instrumento que orienta a gestão de riscos e de negócios e que, em conjunto com os demais mecanismos estratégicos e de indução, tem papel importante na busca por reforço na geração orgânica de capital e, via de regra, da estrutura de capital do Banco.

### Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito.

Os limites internos relacionados ao risco de crédito são estabelecidos pela RAS e estruturados considerando a segmentação de negócios, privilegiando a visão de gestores de cliente e a totalidade dos ativos sujeitos ao risco de crédito. Com relação à hierarquia, cada limite possui alçada específica de gestão e aprovação. Para as definições dos limites de tolerância a riscos são utilizadas projeções visando avaliar possíveis degradações de risco dos ativos, a partir de análises macroeconômicas em múltiplos cenários de forma a redimensionar e otimizar o portfólio de crédito.

O risco país e de transferência estão inseridos no contexto de risco de crédito e são estabelecidos limites que são monitorados e orientam os negócios sujeitos a esses riscos.

A exposição ao risco de concentração de crédito é avaliada por metodologia que mensura a necessidade de capital e pelo índice de concentração Herfindal-Hirschman (HHI).

A Política Específica de Crédito do BB complementa os direcionamentos da RAS e contém orientações específicas de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para consulta para todo o corpo funcional. Na formulação da Política são levados em conta o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito no BB, compreendendo todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros, ressalvada, neste caso, a adoção de regra diferenciada decorrente de análise específica ou de orientações do alocador de recursos. É esperado que as ELBBs definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

### Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

O gerenciamento do risco de crédito é realizado pelas áreas estratégicas:

- a) Diretoria de Crédito (Dicre), com a função de executar corporativamente o processo de concessão de crédito e orientar os tomadores de risco;
- b) Diretoria Gestão de Riscos (Diris), que responde pela gestão corporativa dos riscos, inclusive do risco de crédito, atuando como 2ª linha de defesa, de forma a garantir o cumprimento das políticas e estratégias definidas pela Alta Administração; e
- c) Unidade Cobrança e Reestruturação de Ativos Operacionais (UCR) executa a gestão da cobrança e recuperação de crédito.

A governança definida para a gestão do risco de crédito segue a mesma estrutura definida para os demais riscos e capital, e tem a seguinte composição:

- a) Conselho de Administração (CA);
- b) Comitê de Auditoria (Coaud);
- c) Comitê de Riscos e Capital (Coris);
- d) Conselho Diretor (CD); e
- e) Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC).

### **Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.**

A atuação das diversas áreas do Banco no tocante ao gerenciamento de riscos e controles orienta-se pelo MRLD, que compõe o arcabouço da Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos. Por esse modelo, a gestão do risco de crédito e dos controles necessários à sua mitigação são realizados nas três linhas de defesa:

- a) a primeira linha de defesa é responsável pela gestão do risco de crédito associado às operações, bem como pela execução dos controles e implementação de medidas corretivas para o devido tratamento do risco e compreende as funções que gerenciam e tem propriedade sobre o risco de crédito. É constituída pelos gestores específicos de risco, Dicre, área que orienta corporativamente o processo de concessão de crédito e os tomadores de risco (demais áreas da cadeia produtiva);
- b) a segunda linha de defesa tem a Diris como gestora corporativa de riscos, entre os quais o risco de crédito, e tem a atribuição de regulamentar, supervisionar, assessorar e avaliar e a gestão de riscos realizada pela primeira linha de defesa. Compõe também a segunda linha de defesa a Diretoria de Controle Internos, Dicoi, que tem a atribuição de regulamentar, supervisionar, assessorar e avaliar o sistema de controles internos; e
- c) a terceira linha de defesa abrange a função de auditoria interna, a qual avalia, entre outros, a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento do risco de crédito, controles internos e governança da Organização. A auditoria interna exerce atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, abrangendo o conjunto de atividades e operações do Conglomerado BB, cujas conclusões são levadas ao conhecimento dos membros do CA para subsidiar suas deliberações e cumprir sua atuação fiscalizadora.

O gerenciamento dos riscos e controles auxilia o atingimento dos objetivos estabelecidos nos negócios e processos e contribui para o cumprimento da estratégia da organização.

### **Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.**

Os relatórios gerenciais proporcionam suporte à Alta Administração no processo de tomada de decisão sobre o risco de crédito e são apresentados aos:

- a) Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC);
- b) Conselho Diretor (CD);
- c) Comitê de Riscos e de Capital (Coris);
- d) Comitê de Auditoria (Coaud); e
- e) Conselho de Administração (CA).

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais qualitativas e quantitativas sobre o risco de crédito, tais como: adequação dos limites regulatórios, índices de

capital projetados, consumo dos limites constantes da RAS, ações de mitigação, carteira de crédito – provisão e saldos; limite de risco de concentração de crédito e os resultados de testes de estresse. O Painel de Riscos é o principal relatório interno para o acompanhamento e gestão do risco de crédito. Os relatórios de acompanhamento contribuem para a definição de limites, para o estabelecimento de orçamento e para o desenvolvimento de indicadores e métricas para o acompanhamento e controle da evolução do risco de crédito incorrido pelo Banco.

### CR1: Qualidade creditícia das exposições

Para as tabelas quantitativas referentes a Risco de Crédito (CR1 a CR5), o aumento de exposição, comparativamente aos valores divulgados no último semestre, refere-se, majoritariamente, a incrementos nos volumes de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e de cartão de crédito, em consonância com as diretrizes estratégicas negociais estabelecidas pelo BB.

A tabela abaixo fornece visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Tabela 16 - CR1: Qualidade creditícia das exposições

R\$ mil	Valor Bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Dez/2021
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		Valor líquido (a+b-c)
1	13.719.650	914.177.101	44.665.719	883.231.033
2	9.788	186.807.238	0	186.817.026
2a	0	131.182.590	0	131.182.590
2b	9.788	55.624.647	0	55.634.436
3	10.745	147.149.962	619.638	146.541.069
<b>4 Total (1+2+3)</b>	<b>13.740.183</b>	<b>1.248.134.301</b>	<b>45.285.357</b>	<b>1.216.589.128</b>

### CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

A tabela a seguir identifica as mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela CR1.

Tabela 17 - CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

R\$ mil	a
	Total
1	13.113.825
2	7.848.045
3	-1.225.696
4	-8.903.004
5	2.907.013
<b>6</b>	<b>13.740.183</b>

### CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportada na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, é informado o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas



por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Tabela 18 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições. Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento

<b>R\$ mil</b>	
<b>Região Geográfica no Brasil</b>	
Norte	53.569.930
Nordeste	118.184.816
Sul	159.009.101
Centro Oeste	249.643.089
Sudeste	433.805.606
<b>Total Brasil</b>	<b>1.014.212.543</b>
<b>País</b>	
Brasil	1.014.212.543
Exterior	36.143.315
<b>Total Geral</b>	<b>1.050.355.858</b>
<b>Prazo Remanescente de Vencimento</b>	
Menor que 30 Dias	111.568.811
Entre 31 E 90	68.721.335
Entre 91 E 180	59.429.814
Entre 181 E 365	168.284.587
Maior que 365	642.351.310
<b>Total Geral</b>	<b>1.050.355.858</b>
<b>Setor Econômico</b>	
Administração Pública	168.844.084
Agronegócio de Origem Animal	17.620.391
Agronegócio de Origem Vegetal	36.457.154
Atividades Específicas da Construção	10.501.305
Automotivo	17.506.570
Bebidas	1.407.062
Comercio Atacadista E Ind. Diversas	8.383.306
Comercio Varejista	19.450.536
Construção Pesada	2.885.933
Couro E Calçados	1.733.342
Demais Atividades	575.146.478
Eletroeletrônico	8.295.373
Energia Elétrica	20.881.422
Imobiliário	5.577.713
Instituições e Serviços financeiros	23.373.186
Insumos Agrícolas	10.560.546
Madeireiro e Moveleiro	4.990.417
Mineração e Metalurgia	16.544.229
Papel e Celulose	5.237.478
Petroleiro	22.937.521
Químico	8.586.557
Serviços	34.178.103
Telecomunicações	4.868.361
Têxtil e Confecções	6.690.984
Transportes	17.697.807
<b>Total Geral</b>	<b>1.050.355.858</b>

Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões.

Tabela 19 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões

<b>R\$ mil</b>	<b>Curso Anormal</b>	<b>PCLD</b>
<b>Região Geográfica no Brasil</b>		
Centro oeste	2.685.123	2.360.263
Nordeste	3.246.576	2.435.587
Norte	1.047.524	807.452
Sudeste	4.998.459	3.796.784
Sul	1.607.719	1.242.035
<b>Total Geral</b>	<b>13.585.401</b>	<b>10.642.121</b>
<b>País</b>		
Brasil	13.585.401	10.642.121
Exterior	154.782	146.399
<b>Total Geral</b>	<b>13.740.183</b>	<b>10.788.520</b>
<b>Setor Econômico</b>		
Administração Pública	33	27
Agronegócio de Origem Animal	51.455	39.947
Agronegócio de Origem Vegetal	245.434	212.722
Atividades Específicas da Construção	192.018	174.784
Automotivo	174.685	150.075
Bebidas	8.703	7.065
Comercio Atacadista e Ind. Diversas	145.821	134.856
Comercio Varejista	371.469	311.625
Construção Pesada	105.186	84.919
Couro e Calçados	88.676	82.207
Demais Atividades	10.223.058	7.800.748
Eletroeletrônico	102.948	87.519
Energia Elétrica	46.736	46.457
Imobiliário	160.969	138.162
Instituições e Serviços financeiros	32.811	22.310
Insumos Agrícolas	24.139	18.660
Madeireiro e Moveleiro	80.168	69.984
Mineração e Metalurgia	163.323	146.460
Papel E Celulose	48.760	41.121
Petroleiro	116.232	99.465
Químico	134.344	112.520
Serviços	744.037	602.145
Telecomunicações	47.655	41.585
Têxtil e Confecções	271.165	233.031
Transportes	160.359	130.128
<b>Total Geral</b>	<b>13.740.183</b>	<b>10.788.520</b>

## Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso

Tabela 20 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições – total das exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

R\$ mil	Total
<b>Exposições em Atraso</b>	
Menor ou Igual a 30 Dias	9.619.788
Entre 31 e 90	5.469.666
Entre 91 e 180	2.475.061
Entre 181 e 365	1.004.391
Maior que 365	900.341
<b>Total Geral</b>	<b>19.469.246</b>

Tabela 21 - CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições. Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1.

	Total
10 maiores	11,45%
100 maiores	15,48%

## CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

Os principais aspectos da política e dos processos de utilização de acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações, bem como a indicação da extensão de seu uso para as exposições contabilizadas e as não contabilizadas no balanço patrimonial.

O Banco do Brasil faz uso de acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, visando à mitigação do risco de crédito advindo de negócios com operações de instrumentos derivativos, contabilizados ou não no balanço patrimonial. As operações são formalizadas em instrumento contratual específico para esta finalidade e registradas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ou em outro sistema autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou pelo Bacen.

## Os principais aspectos das políticas e dos processos para avaliação e gerenciamento dos colaterais.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o BB adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

O controle das informações sobre os mitigadores é estruturado e atende ao propósito de assegurar que o mitigador esteja vinculado à operação de crédito, tornando robusta a governança de tomada de decisão sobre a concessão de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para a verificação da efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações

podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

Informações sobre a eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito, considerando diferentes instrumentos mitigadores (por tipo e por provedor). Caso sejam utilizados derivativos de crédito como instrumento mitigador, deve ser divulgado desdobramento por tipo de contraparte e respectivo nível de risco.

Não existe no BB, até o encerramento do ano, concentração associada à mitigação do risco de crédito, levando-se em conta diferentes instrumentos mitigadores.

### CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

A tabela a seguir divulga a utilização de mitigação do risco de crédito. Valores considerados para fins da regulamentação prudencial antes e após a utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito, de acordo com a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

Tabela 22 - CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

R\$ mil	a	b	c		d		Dez/2021
			Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1	Concessão de crédito	772.369.400	110.861.633	1.144.284	109.717.349		0
2	Títulos de dívida	186.817.026	0	0	0		0
	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	42.967.752	1.996.867	99.952	1.896.915		0
II	Demais operações	263.449.334	0	0	0		0
<b>3</b>	<b>Total</b>	<b>1.265.603.512</b>	<b>112.858.500</b>	<b>1.244.237</b>	<b>111.614.263</b>		<b>0</b>
4	dos quais: em curso anormal	13.490.146	37.645	1.745	35.900		0

### CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

A tabela a seguir demonstra os efeitos da mitigação do risco de crédito no cálculo dos requerimentos de capital, conforme a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016.

Tabela 23 - CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

R\$ mil		a		b		c		d		e		Dez/2021
		Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA		RWA		f
		Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]			
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	398.227.153	269	398.007.752	54	1.022	0,00%					
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	62.047.927	4.161.543	62.026.949	2.149.829	6.648.873	10,36%					
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	91.885	0	91.885	0	0	0,00%					
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	35.442.813	5.023.360	33.690.520	1.019.641	14.545.831	41,91%					
6	Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	314.813.275	32.173.478	314.205.916	19.353.046	308.934.887	93,64%					



7	Exposições de varejo Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	343.445.320	102.117.374	343.445.320	20.734.234	257.846.415	70,80%
8	Financiamentos para construção de imóveis comerciais	41.363.920	0	41.363.920	0	14.477.372	35,00%
9	Participações societárias	462.672	563.966	462.672	563.966	513.319	50,00%
10	Outros ativos	6.366.024	0	6.366.024	0	6.366.024	100,00%
13		133.836.433	2.501.079	133.836.433	1.143.849	111.256.748	77,80%
<b>14</b>	<b>Total</b>	<b>1.336.097.423</b>	<b>146.541.069</b>	<b>1.333.497.392</b>	<b>44.964.619</b>	<b>720.590.492</b>	<b>52,27%</b>

## CR5: Abordagem padronizada – exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

A tabela a seguir informa as exposições reportadas na tabela CR4 por categoria e fator de ponderação de risco.

Tabela 24 - CR5: Abordagem padronizada -exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

R\$ mil	Fator de ponderação de risco (FPR)										Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	Dez/2021										
	0%	10%	20%	35%	50%	75%	85%	100%	Outros		
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	398.007.124	0	0	0	0	0	0	0	682	398.007.806	
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	0	0	80.272	0	255.058	43	1.584.465	62.256.941	0	64.176.778	
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	91.885	0	0	0	0	0	0	0	0	91.885	
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	0	0	9.356.366	0	25.353.795	0	0	0	0	34.710.161	
6 Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	0	0	0	0	0	0	153.876.471	179.682.491	0	333.558.962	
7 Exposições de varejo	0	0	0	0	0	364.179.554	0	0	0	364.179.554	
8 Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	0	0	0	41.363.920	0	0	0	0	0	41.363.920	
9 Financiamentos para construção de imóveis comerciais	0	0	0	0	1.026.638	0	0	0	0	1.026.638	
10 Participações societárias	0	0	0	0	0	0	0	6.366.024	0	6.366.024	
13 Outras exposições	12.174.435	0	5.048.825	0	1.799.931	0	0	97.119.836	18.837.256	134.980.283	
<b>14 Total</b>	<b>410.273.445</b>	<b>0</b>	<b>14.485.463</b>	<b>41.363.920</b>	<b>28.435.422</b>	<b>364.179.597</b>	<b>155.460.936</b>	<b>345.425.292</b>	<b>18.837.937</b>	<b>1.378.462.012</b>	

### Comentários

Em relação ao semestre anterior, houve decréscimo nas exposições ponderadas a 100%.

## CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

O risco de crédito da contraparte (RCC), componente da estrutura de acompanhamento do risco de crédito, tem limites estabelecidos pela RAS de forma análoga ao estipulado para o risco de crédito, porém com visão do RCC por tipo de operação (aplicação em moeda estrangeira, compromissadas, depósitos interfinanceiros, TVM rede externa e derivativos, CVA, ligadas à compensação e liquidação e câmbio), acrescidos os limites para títulos e valores mobiliários (TVM) sob gestão da rede externa.

### Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação.

O BB admite assumir exposições ao RCC com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.

Desse modo, as exposições a RCC concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de descumprimento, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, o risco do emissor do ativo subjacente, a volatilidade do ativo, a não existência de correlação relevante entre a garantia e a exposição, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há a transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas ao RCC, o BB considera tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do Patrimônio Líquido (PL), conforme a classificação da exposição.

Para as exposições sujeitas ao RCC, é adotada, como regra geral, a vinculação de instrumentos (colaterais) que proporcionem cobertura total ou parcial na realização dos negócios.

### O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

Nas operações sujeitas ao RCC, os contratos vigentes não possuem cláusulas que demandem aporte de volumes de colaterais em caso de eventual rebaixamento de rating de crédito do BB.

## CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

A tabela a seguir fornece visão geral da abordagem utilizada para o cálculo do requerimento de capital para o risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos, e fornece os principais parâmetros empregados, conforme estabelecido na Circular nº 3.809, de 2016, e na Circular nº 3.904, de 2018

Tabela 25 - CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

R\$ mil	a	b	d	e	Dez/2021 f
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA
1 Abordagem SA-CCR	4.898.026	1.575.603	14,0	9.063.081	8.469.228
1.1 Abordagem CEM				0	0
3 Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				0	0
4 Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				12.742.193	7.460.901
<b>6 Total</b>					<b>15.926.741</b>

Com relação ao semestre anterior, houve aumento em operações com instrumentos financeiro derivativos, e em operações compromissadas.

## CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

A tabela a seguir mostra as exposições ao risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos sujeitas à abordagem padronizada, conforme estabelecido na Circular nº 3.644, de 2013, por tipo de contraparte e fator de ponderação de risco (FPR).



Tabela 26 - CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

R\$ mil										Dez/2021
	a	b	c	d	e	e1	f	g	h	i
	0%	10%	20%	50%	75%	85%	100%	150%	Outros	Total
<b>Contraparte</b>										
1	4.753.391	0	0	0	0	0	0	0	0	4.753.391
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	251.111	480.830	0	0	0	0	0	731.942
5	0	0	0	0	0	1.891.079	0	0	0	1.891.079
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	122.219	0	0	11.547.798	0	169.394	11.839.412
<b>8 Total</b>	<b>4.753.391</b>	<b>0</b>	<b>251.111</b>	<b>603.050</b>	<b>0</b>	<b>1.891.079</b>	<b>11.547.798</b>	<b>0</b>	<b>169.394</b>	<b>19.215.822</b>

## CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

A tabela a seguir detalha os tipos de colaterais financeiros recebidos ou entregues em operações de derivativos, operações compromissadas e de empréstimo de ativos, de acordo com a Circular nº 3.809, de 2016. Inclui as transações efetuadas por meio de contrapartes centrais.

Tabela 27 - CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

R\$ mil							Dez/2021		
	a		b		c		d	e	f
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos		Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos						
	Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados					
1	0	1	0	0	653.330.646		478.674.856		
2	0	0	0	0	7.880.705		2.948.446		
3	0	0	0	0	483.943.017		610.376.959		
4	0	0	0	0	0		0		
5	0	0	0	0	28.451		19.356.674		
6	0	0	0	0	0		0		
7	0	0	0	0	0		0		
<b>8 Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.145.182.820</b>		<b>1.111.356.935</b>		

### Comentários

Com relação ao semestre anterior, houve redução nos colaterais recebidos e aumento nos colaterais entregues em operações compromissadas e, um aumento nos colaterais recebidos e redução nos colaterais entregues em depósitos de moedas nacionais

## CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

A tabela a seguir apresenta as exposições associadas a derivativos de crédito.

Tabela 28 - CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

R\$ mil			Dez/2021
	a	b	
	Risco transferido	Risco recebido	
<b>1 Valor Nocional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2 Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	0,00	0,00	0,00
3 Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	0,00	0,00	0,00
4 Swaps de taxa de retorno total	0,00	0,00	0,00
<b>5 Valor de Nocional total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6 Valor justo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
7 Valor justo positivo (ativo)	0,00	0,00	0,00
8 Valor justo negativo (passivo)	0,00	0,00	0,00

## CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

A tabela a seguir fornece visão abrangente das exposições a contrapartes centrais.

Tabela 29 - CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

R\$ mil	Dez/2021	
	a	b
	Exposição após mitigação	RWA
<b>1 Exposições a QCCPs (total)</b>		345.141
2 Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	12.374.852	345.141
3 (i) Derivativos de balcão	0	0
4 (ii) Derivativos padronizados	12.205.458	341.753
5 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	169.394	3.388
1 (iv) Demais operações	0	0
7 Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e apartada do patrimônio da entidade depositária	0	
8 Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e não apartada do patrimônio da entidade depositária	0	0
9 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	0	0
10 Participação em fundos de garantia mutualizados - não integralizada	0	0
<b>11 Exposições a CCPs não qualificadas (total)</b>	0	0
12 Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:		0
13 (i) Derivativos de balcão	0	0
14 (ii) Derivativos padronizados	0	0
15 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	0	0
11 (iv) Demais operações	0	0
17 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e apartada do patrimônio da entidade depositária	0	
18 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e não apartada do patrimônio da entidade depositária	0	0
19 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	0	0

#### Comentários

Com relação ao semestre anterior, houve aumento nas garantias em favor da QCCPs em decorrência do aumento de operações com instrumentos financeiros derivativos.

### SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

Os objetivos das atividades de securitização e de ressecuritização, incluindo o grau de transferência de riscos associados aos ativos subjacentes para outras entidades e os tipos de riscos assumidos e retidos.

As atividades de securitização e de ressecuritização têm por objetivo a participação nessas operações, na condição de investidor prestador de garantia firme, alocando títulos de emissões que envolvam empresas clientes do Banco, na figura de cedente (risco cedente) ou de devedor (risco sacado), adquiridos no mercado primário e cuja estruturação tenha participação do UBS BB, do BB-BI ou de outra empresa do Conglomerado BB.

Listar as: - sociedades de propósito específico (SPE) que têm a instituição como contraparte patrocinadora (exceto quando também desempenhe a atividade de originação, direta ou indireta, de ativo subjacente), indicando se integram o conglomerado prudencial; - entidades administradas ou assessoradas pela instituição que adquirem títulos de securitização emitidos pela própria instituição ou por SPE que tem a instituição como contraparte patrocinadora; e - entidades para as quais a instituição presta apoio implícito e os respectivos efeitos na apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

No encerramento do ano, não existiam exposições de securitização em que o BB seja contraparte patrocinadora. Em consequência, não ocorreram exposições advindas de sociedades de propósito específico (SPE), entidades administradas ou assessoradas pelo Banco ou entidades para as quais o BB presta apoio implícito.

Descrição resumida do tratamento contábil dado às exposições a títulos de securitização e de ressecuritização.

O tratamento contábil dado aos títulos de securitização e de ressecuritização é o mesmo dado aos títulos e valores mobiliários adquiridos pelo BB e são classificados segundo as categorias abaixo:

- a) categoria I - títulos para negociação - registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- b) categoria II - títulos disponíveis para venda - registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III; e
- c) categoria III - títulos mantidos até o vencimento - registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os rendimentos produzidos por esses papéis são computados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria, sendo os classificados na categoria III avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser ajustados pelo valor de mercado nos balancetes mensais e balanços, computando a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

- a) à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários, classificados na categoria títulos para negociação;
- b) à conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários, com transferência para o resultado do período quando da venda definitiva.

As perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de custo.

**Descrição das operações de securitização em que tenha havido venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos, inclusive o detalhamento dos fluxos no período de referência.**

Em 2021, não ocorreram vendas ou transferências dos ativos sem retenção substancial de riscos.

**Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses, que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, segregadas por trimestre.**

Em 2021 não ocorreram cessões de exposições de securitização com retenção substancial de risco no BB, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

### **SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária**

A tabela a seguir apresenta as exposições de securitização classificadas na carteira bancária consideradas na regulamentação prudencial.

Tabela 30 - SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Dez/2021

R\$ mil	a			c			d			e			g			h			i			k			l		
	Instituição financeira posições retidas									Instituição financeira como patrocinadora									Instituição financeira como investidora								
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal			
<b>1 Varejo (total), das quais:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37.397</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
2 imobiliário residencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
3 cartão de crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
4 outras	0	0	0	37.397	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
5 ressecuritização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
<b>6 Atacado (total), das quais:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
7 demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
8 imobiliário comercial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
9 arrendamento mercantil e recebíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10 outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11 ressecuritização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			

**Comentários**

Com relação ao semestre anterior, houve redução na exposição em Fundos de Direitos Creditórios. Informações retificadas em virtude do reprocessamento das operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

**SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação**

A tabela a seguir apresenta as exposições de securitização classificadas na carteira de negociação consideradas na regulamentação prudencial.

Tabela 31 - SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Dez/2021

R\$ mil	a			c			d			e			g			h			i			k			l		
	Instituição financeira posições retidas									Instituição financeira como patrocinadora									Instituição financeira como investidora								
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal			
<b>1 Varejo (total), das quais:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
2 imobiliário residencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
3 cartão de crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
4 outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
5 ressecuritização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
<b>6 Atacado (total), das quais:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
7 demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
8 imobiliário comercial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
9 arrendamento mercantil e recebíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10 outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11 ressecuritização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			

**Comentários**
**SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora**

A tabela a seguir apresenta as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como originadora ou patrocinadora. Valores das exposições, do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e dos requerimentos de capital.



Tabela 32 - SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

R\$ mil	Fator de ponderação de risco (FPR)											Dez/2021
	a	b	c	d	e	h	i	l	m	p	q	
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital		
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	
<b>1 Exposições totais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2 Securitização tradicional, da qual:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Securitização:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 com ativos subjacentes de varejo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 com ativos subjacentes, exceto varejo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 Ressecuritização:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 Securitização sintética, da qual:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Securitização:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 com ativos subjacentes de varejo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 com ativos subjacentes, exceto varejo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Ressecuritização:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Comentários****SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora**

Apresentar exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como investidora. Valores das exposições, do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e dos requerimentos de capital.

Tabela 33 - SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

R\$ mil	Fator de ponderação de risco (FPR)											Dez/2021
	a	b	c	d	e	h	i	l	m	p	q	
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital		
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	
<b>1 Exposições totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.421</b>	<b>24.976</b>	<b>0</b>	<b>37.397</b>	<b>0</b>	<b>44.208</b>	<b>0</b>	<b>3.537</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2 Securitização tradicional, da qual:	0	0	12.421	24.976	0	37.397	0	44.208	0	3.537	0	0
3 Securitização:	0	0	12.421	24.976	0	37.397	0	44.208	0	3.537	0	0
4 com ativos subjacentes de varejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 com ativos subjacentes, exceto varejo	0	0	12.421	24.976	0	37.397	0	44.208	0	3.537	0	0
8 Ressecuritização:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9 Securitização sintética, da qual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10 Securitização:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 com ativos subjacentes de varejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12 com ativos subjacentes, exceto varejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13 Ressecuritização:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**Comentários**

Informações retificadas em virtude do reprocessamento das operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

## **MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado**

### **Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado.**

O BB realiza a gestão da exposição ao risco de mercado diariamente em relação aos limites definidos para a Carteira de Negociação e Carteira Bancária, no âmbito do Conglomerado Prudencial, buscando mantê-lo consistente em relação aos níveis aprovados na RAS pelo CA.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para hedge de posições próprias, com vistas a atender às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, considerando limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

São realizadas operações para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de ativos, passivos, compromissos ou transações futuras previstas.

### **Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados.**

A estrutura de gerenciamento de riscos tem como objetivo identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar a gestão do risco de mercado do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, ou das quais estes participem.

A estrutura de governança de gestão de risco de mercado é compatível com o porte do Banco, natureza dos negócios, complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, proporcionais à dimensão e a relevância da exposição, integrada aos demais riscos incorridos pela Instituição.

As decisões relacionadas à gestão de risco de mercado são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

### **Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos.**

São utilizados sistemas e processos que garantem a avaliação, o monitoramento e o controle das posições registradas nas carteiras de negociação e bancária.

O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de mercado de forma abrangente.

O processo de mensuração do risco de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, os quais tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais para gestão do risco de mercado;
- b) simular cenários de mercado; e
- c) calcular medidas do risco de mercado.

Para a mensuração do risco de mercado o BB utiliza métodos estatísticos e de simulação das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos destacam-se:

- a) Sensibilidades;
- b) Valor em Risco (VaR);
- c) Estresse.

Por meio das métricas de Sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O VaR é uma métrica utilizada para estimar perdas potenciais, sob condições rotineiras de mercado, dimensionadas diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica de VaR de riscos de mercado das exposições são classificados nas seguintes categorias:

- a) taxas de juros;
- b) taxas de câmbio;

- c) preços de ações; e
- d) preços de mercadorias (commodities).

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*.

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico de eventos plausíveis, mas de ocorrência pouco provável.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- a) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- b) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- c) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- d) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- e) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- a) Testes Retrospectivos;
- b) Testes Prospectivos; e
- c) Testes de Análise de Sensibilidade.

### MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

A tabela a seguir divulga o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada ( $RWA_{MPAD}$ ).

Tabela 34 - MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Fatores de risco		R\$ mil	Dez/2021
			$RWA_{MPAD}$
1	Taxas de juros		15.008.931
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real ( $RWA_{JUR1}$ )		960.072
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira ( $RWA_{JUR2}$ )		2.963.641
1c	Taxas dos cupons de índices de preço ( $RWA_{JUR3}$ )		11.085.218
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros ( $RWA_{JUR4}$ )		0
2	Preços de ações ( $RWA_{ACS}$ )		0
3	Taxas de câmbio ( $RWA_{CAM}$ )		19.019.656
4	Preços de mercadorias (commodities) ( $RWA_{COM}$ )		2.051.259
<b>9</b>	<b>Total</b>		<b>36.079.846</b>

#### Comentários

As principais variações na parcela do  $RWA_{MPAD}$  ocorreram nas seguintes parcelas:  $RWA_{CAM}$ , pela adequação do Hedge fiscal, conforme a lei no. 14.031/20 e Art. 2, § 6º, inciso II, da Circular Bacen 3.641/13 e  $RWA_{JUR3}$ , pelo aumento do volume de operações, com Títulos e Valores Mobiliários (TVMs), especificamente em Debêntures.

Os valores informados na tabela MR1 são os resultados dos cálculos do capital regulatório para a cobertura do Risco de Mercado, realizados em conformidade com as Circulares Bacen: 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639 e 3.641, de março de 2013, e suas respectivas atualizações.

## **IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB**

**Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos.**

O risco de taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco, atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e/ou nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

### **Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB.**

Para fins de mensuração do IRRBB, o BB considera as abordagens de valor econômico (EVE) e de margem de juros (NII), as quais são avaliadas perante diferentes cenários de risco. A gestão desta exposição ocorre por meio do acompanhamento de indicadores e do controle dos limites estabelecidos na RAS, considerando o descasamento entre ativos e passivos relativamente a prazos, taxas, indexadores e moedas.

A exposição ao IRRBB é tratada nos comitês estratégicos envolvidos na governança de riscos.

São realizados testes de estresse para avaliar a sensibilidade da tolerância e dos limites específicos sob condições adversas.

O gerenciamento do IRRBB adota sistemas de informação que consideram a amplitude de fontes de risco significativas, bem como modelos corporativos de risco e dados confiáveis de mercado.

Os modelos corporativos são desenvolvidos por equipe especializada e validados por área independente, com avaliação por Fórum Técnico e Comitê Executivo para aprovação.

De forma a guardar aderência regulatória, a avaliação de suficiência de capital é feita em % de Capital Nível 1 (CN1).

O resultado dos acompanhamentos, controles e testes de estresse são reportados periodicamente às alçadas competentes.

### **Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB.**

O gerenciamento do IRRBB adota duas abordagens, quais sejam: Delta EVE, para estimar a variação do valor econômico, e Delta NII, para estimar a variação do resultado de intermediação financeira. A apuração destas métricas ocorrem com periodicidade diária (gestão) e mensal (testes de estresse e reporte regulatório).

### **Descrição dos cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico ( $\Delta$ EVE) e no resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII) da instituição.**

Para a mensuração do IRRBB são aplicados choques na estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) que simulam a ocorrência de cenários possíveis e predefinidos, segundo diretrizes estabelecidas no modelo interno de mensuração ou nos requisitos mínimos definidos pela regulação.

As ETTJ empregadas nos cenários materializam os fatores de risco constantes nas carteiras sob gestão. Os cenários são construídos de forma a caracterizar choques nessas ETTJ.

Consoante modelo interno de mensuração, o BB emprega cenários de curvas que segregam os fatores de risco identificados para as áreas interna e externa da instituição, contendo choques paralelos positivos e negativos nas referidas ETTJ, apresentados tanto sob a perspectiva de normalidade como sob a de estresse.

O BB adota a abordagem de modelo interno para a definição de limites de risco que compõem a RAS, conforme art. 31 da Circular 3.876.

### **Descrição e implicações direcionais das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1.**

Não foram identificadas premissas diferentes.

**Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz hedge de suas exposições ao IRRBB, bem como o tratamento contábil de tais operações.**

Com o objetivo de manter a solvência da instituição no longo prazo, o BB realiza operações de *hedge accounting* e de hedge econômico, utilizando predominantemente os instrumentos *Swap* e *DI-Futuro*. A constituição das operações de hedge e o monitoramento da sua efetividade estabelece importante sinergia entre os processos de ALM e de gestão de riscos.

**Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do  $\Delta$ EVE e do  $\Delta$ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1**

As margens comerciais estão incluídas no cálculo do Delta EVE e do Delta NII.

Especificamente para o cálculo das renovações no Delta NII, para as margens comerciais utiliza-se proxy que melhor represente a oportunidade negocial.

As operações sensíveis ao IRRBB são reapreçadas diariamente, de acordo com as curvas corporativas empregadas.

Nas simulações de recontração, além do novo preço, também é aplicado choque compatível com o cenário.

Para estimar taxas de pré-pagamento e de resgate antecipado dos produtos sujeitos ao IRRBB foram analisados todos os pré-pagamentos ou resgates intermediários ocorridos durante a vigência da operação. A estimativa adota a premissa de que volume e número de resgates futuros ocorrerão em escala similar àquela observada na série histórica.

As estimativas de saques de linhas de crédito são mensuradas por meio de fatores de conversão calculados de forma customizada por produto e tipo de contraparte.

**Quaisquer outras informações que a instituição deseje divulgar com respeito à sua interpretação da relevância e sensibilidade das medidas de IRRBB divulgadas, além de notas explicativas sobre eventuais variações significativas no nível de IRRBB reportado em relação a datas-bases anteriores.**

A redução observada no resultado do Teste de Outlier, que passou de R\$ 18,3bi em dezembro de 2020 para R\$ 7,7bi em dezembro de 2021 decorreu principalmente dos seguintes movimentos:

- crescimento da Carteira Bancária, tanto em termos de aplicações quanto de captações, com destaque para o crédito TVM, Depósitos e Compromissadas;
- encurtamento do prazo médio (*duration*) da Carteira Bancária, o qual registrava 4,19 anos em dezembro de 2020, passando a 3,61 anos em dezembro de 2021; e
- níveis crescentes da taxa básica da economia (taxa Selic), que registrou significativo aumento de 725bps no período, com impacto sobre o valor presente das posições da Carteira Bancária tanto em cenário-base quanto nos cenários de choque nas taxas de juros.

**Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.**

1 dia.

**Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.**

1 dia.

## IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Tabela 35 - IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

R\$ mil	ΔEVE		ΔNII	
	Dez/2021	Dez/2020	Dez/2021	Dez/2020
1 Cenário paralelo de alta	7.736.550	18.330.844	110.472	222.592
2 Cenário paralelo de baixa	15.359	30.902	11.587.674	7.322.541
3 Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	4.316.080	4.993.002		
4 Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	1.558.515	2.231.738		
5 Cenário <b>steepener</b>	2.591.648	7.841.627		
6 Cenário <b>flattener</b>	4.723.777	27.370		
7 <b>Variação máxima</b>	7.736.550	18.330.844	11.587.674	7.322.541
<b>Data-base</b>	<b>Dez/2021</b>		<b>Dez/2020</b>	
8 <b>Nível I do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>141.352.779</b>		<b>132.247.506</b>	

### Comentários

## REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

A tabela seguir apresenta a remuneração atribuída aos diretores e membros do conselho de administração durante o ano de referência.

Tabela 36 - REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

R\$ mil	Dez/2021	
	a	b
	Diretoria	Conselho de administração
<b>Remuneração Fixa</b>		
1 Número de pessoas	50	9
2 Total da remuneração fixa (3 + 4 + 5)	23.411	284
3 Da qual: em espécie	23.411	284
4 Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	0	0
5 Da qual: outras formas de remuneração	0	0
<b>Remuneração Variável</b>		
6 Número de pessoas	105	0
7 Total da remuneração fixa (8 + 10 + 12)	7.892	0
8 Da qual: em espécie	7.892	0
9 da qual: diferida	0	0
10 Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	0	0
11 da qual: diferida	5.719	0
12 Da qual: outras formas de remuneração	0	0
13 da qual: diferida	0	0
<b>Remuneração Total</b>		
14 <b>Remuneração total (2 + 7)</b>	<b>31.304</b>	<b>284</b>

## REM2: Pagamentos extraordinários

A tabela a seguir apresenta o total de pagamentos extraordinários (bônus garantidos, bônus de contratação e pagamentos por desligamento) realizados no ano de referência.

Tabela 37 - REM2: Pagamentos extraordinários

R\$ mil	Dez/2021					
	Bônus garantidos em transferência interna		Bônus garantidos em contratação		Pagamentos por desligamento	
	Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0

## REM3: Remuneração diferida

A tabela a seguir detalha o total da remuneração diferida.

Tabela 38 - REM3: Remuneração diferida

R\$ mil	Dez/2021				
	a	b	c	d	e
	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria	9.756	9.756	0	5.719	5.719
Em espécie	0	0	0	0	0
Ações	9.756	9.756	0	5.719	5.719
Instrumentos baseados em ações	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Conselho de administração	0	0	0	0	0
Em espécie	0	0	0	0	0
Ações	0	0	0	0	0
Instrumentos baseados em ações	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>9.756</b>	<b>9.756</b>	<b>0</b>	<b>5.719</b>	<b>5.719</b>

## REMA: Política de remuneração

### Informações sobre o comitê de remuneração

O Banco possui um Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade - COREM, vinculado ao CA, que é responsável pela elaboração, implementação, supervisão e avaliação da política de remuneração dos administradores do Banco. O Comitê se reúne no mínimo semestralmente para avaliar e propor ao Conselho de Administração a remuneração fixa e variável dos administradores do Banco, bem como nos três primeiros meses do ano para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais Ordinárias do Banco.

Membros:

- Egídio Otmar Ames, Coordenador, 2021/2022;
- Paulo Roberto Evangelista de Lima, Membro, 2021/2023;
- Walter Eustáquio Ribeiro, Membro, 2021/2023;
- Ênio Mathias Ferreira, Membro, 2021/2023;

e) Aramis Sá de Andrade, Membro, 2021/2023.

Para definição da Política de Remuneração de Administradores, o COREM contou com assessoria técnica da Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas (Dipes) do Banco do Brasil.

### Informações sobre a estrutura de remuneração adotada

A política de remuneração para os administradores orienta o comportamento do Banco do Brasil e é regulamentada pela Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16, Decreto nº 89.309/84, Resolução CMN nº 3.921/10, Lei nº 12.813/13 e Estatuto Social do Banco do Brasil e tem por objetivo:

- a) reforçar o compromisso com as estratégias corporativas, incrementar o resultado do BB e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;
- b) compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo da Organização;
- e
- c) contribuir diretamente para o alcance das estimativas, pois é constituído de indicadores de desempenho que são alinhados a Estratégia Corporativa (ECBB) e ao Plano Diretor.

Essa política abrange os administradores do BB, quais sejam membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e pelos Diretores.

Espera-se que as ELBBs definam seus direcionamentos a partir das orientações constantes nessa política, considerando suas necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

No período em questão não houve alterações na política de remuneração de administradores do Banco.

O Banco possui um Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA) cujos participantes são membros da Diretoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, Diretor) que atuam durante o exercício. No processo de definição do regulamento do Programa de RVA, que ocorre anualmente, o COREM, auxiliado por diversas áreas técnicas do Banco, avalia, com base na Estratégia Corporativa (ECBB) para o período, quais indicadores devem ser utilizados no programa.

No intuito de melhor atender ao previsto na resolução CMN 3.921, no que concerne às medidas de desempenho dos Administradores, são definidos indicadores específicos para os participantes das áreas de controles internos e gestão de riscos. Os indicadores destes participantes são baseados, principalmente, na realização dos objetivos de suas próprias funções e não no desempenho das unidades por eles controladas ou avaliadas.

### Descrição de como os riscos correntes e futuros influenciam a definição da remuneração

Os riscos correntes e futuros influenciam a remuneração variável do administrador, uma vez que para seu acionamento é necessário o cumprimento de pré-requisitos vinculados a gestão de riscos.

**O Risco de Liquidez é considerado como pré-requisito para acionamento da RVA e é mensurado pelo indicador Índice de Liquidez do Banco detalhado a seguir:**

#### Índice de Liquidez do Banco:

No que concerne à vinculação da política de remuneração à capacidade de geração de fluxo de caixa e à projeção de liquidez, utiliza-se a métrica denominada Índice de Liquidez.

O Índice de Liquidez é composto de dois saldos:

- a) o saldo de Liquidez Observada (LO), que é o saldo de liquidez apurado diariamente após o fechamento dos movimentos contábeis e financeiros; e
- b) e o saldo de Reserva de Liquidez (RL), que por sua vez, é composto pela Reserva Mínima de Liquidez (RML) e a Reserva Adicional de Liquidez (RAL).

A Reserva de Liquidez estipula o volume mínimo de ativos de alta liquidez que deve ser mantido para suportar o risco de liquidez.

A regra do Índice de Liquidez estabelece que a Liquidez Observada deve ser maior ou igual à Reserva de Liquidez, ou seja, a relação entre a Liquidez Observada e a Reserva de Liquidez deve ser maior ou igual a um (Índice de Liquidez).

O índice estabelecido deve ser respeitado durante todo o período para que o Programa de RVA seja acionado.

Além disso, a apuração da remuneração variável dos administradores é baseada no cumprimento de metas que consideram Risco de Mercado e Risco de Crédito mensurados, respectivamente, pelos indicadores de RSPL Mercado, Valor em risco para cobertura de Risco de Crédito.

### **Descrição da correlação entre a avaliação de desempenho e os níveis e formas de remuneração**

A Remuneração Variável é acionada e calculada com base em pré-requisitos e indicadores de desempenho, cujo não cumprimento ou atingimento parcial de suas metas traz como consequência o não acionamento ou redução dos possíveis valores de pagamento de remuneração variável.

O atingimento de, no mínimo, 100% da meta estabelecida para os indicadores de desempenho possibilita a ativação de um bônus, sendo este mensurado por indicador específico.

O programa de RVA utiliza indicadores que avaliam diversos aspectos do desempenho da empresa, dentre os quais destacamos a satisfação do cliente, o resultado, inadimplência e eficiência.

A relação entre o desempenho do administrador e o valor de remuneração a ser percebido é obtido por meio de régua contendo intervalo de faixas, observado o peso de cada indicador. Assim, quanto melhor o desempenho do indicador, melhor será a remuneração.

Para cada indicador é definido um percentual mínimo de atingimento da meta para que seja iniciado o pagamento, este percentual irá depender do nível de complexidade e dificuldade de atingimento.

Eventuais reduções significativas no resultado do Banco, livre de efeitos não recorrentes controláveis pela instituição, acarretam reversão proporcional das parcelas diferidas ainda não pagas, proporcionalmente à redução no resultado.

### **Descrição do processo para adequar a remuneração ao desempenho de longo prazo**

Considerando os interesses do Banco do Brasil de incremento de resultado e sua perenidade, explicitados na estratégia corporativa, o Programa de RVA utiliza indicadores vinculados diretamente à estratégia, que consideram desde resultados comerciais, eficiência, risco de liquidez e capacidade de fluxo de caixa do Banco do Brasil. Além disso, estabelece que parte do pagamento é diferido por até quatro anos, sendo que tal parte é transferida para os beneficiários na proporção de 25% por ano, desde que no exercício anterior ao da transferência, o resultado do Banco não tenha apresentado variação negativa superior a 20%, livre de efeitos de eventos extraordinários. São adotados os mesmos percentuais de diferimento para todo o público do programa.

### **Descrição das diferentes formas de remuneração variável adotadas e as razões para sua utilização**

No Programa de RVA do Banco do Brasil é previsto pagamento em dinheiro e ações. A distribuição e proporção dos valores pagos é a mesma para todo o público, qual seja, 50% pago à vista por meio de crédito em conta corrente, 10% pago à vista em ações e 40% pago em ações diferido pelo prazo de até 4 anos, sendo 10% pelo prazo de um ano, 10% pelo prazo de dois anos, 10% pelo prazo de três anos e 10% pelo prazo de quatro anos.

A forma de pagamento do Programa visa alinhar o mesmo aos dispositivos legais e às melhores práticas de Governança Corporativa.